

CIBEC/INEP



B0004257



Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil

Ministério da Educação e Cultura
Departamento de Ensino Fundamental

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.


Presidente **da República Federativa do Brasil**
Ernesto Geisel

Ministro da Educação e **Cultura**
Ney Braga

**MEC, INEP
SIBE - CIBEC**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil

 Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF – 1975

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aborda alguns aspectos gerais da educação pré-escolar no Brasil. Não houve preocupação em particularizar situações nem em chegar a detalhes. Trata-se de uma primeira descrição, que deverá ser aprofundada aos poucos, à medida que os próprios sistemas de ensino fizerem seus diagnósticos.

Destacaram-se, na primeira parte, relevantes problemas demográficos, sociais e econômicos da população, em cujo quadro se procurou situar a criança pré-escolar. As referências ao ensino de 1º grau, feitas apenas de passagem, visaram alguns problemas para cuja solução um atendimento pré-escolar poderá concorrer.

A segunda parte relata sinteticamente a atuação dos organismos públicos e das principais instituições privadas que desenvolvem programas de atendimento a crianças sócio-economicamente carentes. Os itens seguintes abordam temas genéricos de currículo, metodologia, recursos humanos e materiais.

Dois motivos nos levaram a publicá-lo agora, mesmo sabendo-o incompleto. O primeiro é que todo documento diagnóstico é a concretização de um processo de constante atualização e revisão. O segundo motivo é que parece ter surgido o grande momento da educação pré-escolar no Brasil. Não podemos esperar pela perfeição, sob risco de perdermos a hora. É preciso aceitar o desafio que nos fazem milhões de pré-escolares marcados pela subnutrição, pela marginalização cultural e pelo atraso no seu desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo.

Não são apenas pedagogos, mas também psicólogos, médicos, administradores, economistas, que estão envolvidos na solução do problema. É o Brasil que toma consciência de sua população infantil e se preocupa com o que será dela, dentro de 15 ou 20 anos, quando os vinte e um milhões de pré-escolares atuais forem adultos. Terão tido sucesso na escola? Até que nível de escolarização terão chegado? Como encararão a vida, o trabalho, a profissão? Seria temerário acreditar que um fenômeno de homeostase manteria a sociedade equilibrada, se não forem resolvidos alguns de seus problemas fundamentais. Mais vale encará-los, mesmo ficando perplexos diante de sua magnitude, do que recusar a vê-los por comodismo ou omissão.

Esse documento é o primeiro de uma série que se inicia sobre a educação pré-escolar, como subsídio aos planejadores, administradores e educadores. Todas as sugestões para complementação e correção desse trabalho serão bem recebidas, pelas quais antecipadamente agradecemos.

ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA
Diretora-Geral do DEF

INDICE

I Parte	
Quadro referencial: Aspectos gerais	7
I - Organização da Educação Brasileira	9
1 - Legislação	9
1.1 — Aspectos gerais	9
1.2— Aspectos legais relativos à atenção ao pré-escolar ...	10
2 - Administração.....	12
3 - Planejamento educacional	13
4 - Sistema de financiamento	14
4.1 — Recursos ordinários	14
4.2 - Recursos vinculados	14
4.3 - Recursos de outras fontes.....	15
II — Aspectos Relevantes da População Brasileira.....	16
1 - Aspectos demográficos.....	16
1.1 — A população e sua distribuição geográfica e etária. . .	16
1.2 — Crescimento populacional e natalidade	18
1.3 - Previsão do crescimento da população de 0 a 6 anos.	19
2 - Aspectos sociais e econômicos	20
2.1 — O processo de urbanização e seus efeitos.....	20
III - A Criança Pré-Escolar Carente.....	24
1 — Problemas de nutrição e saúde.....	25
2 - Problemas de desenvolvimento psicológico e adaptação social	25
IV Alguns Problemas da Escola de 1º Grau.....	29
II Parte	
Atendimento Pré-Escolar no Brasil	37
I — Organismos e sua atuação	39

1	—	Órgãos públicos.....	39
1.1	—	De âmbito federal	39
1.2	—	De âmbito estadual	50
1.3	—	De âmbito municipal	56
2	—	Instituições privadas.....	58
II	-	Modalidades de Educação Pré-Escolar	60
III	—	Currículos e Metodologia	62
IV	-	Materiais Didáticos Utilizados	62
V	-	Recursos Humanos.....	63
VI	-	Pesquisa.....	67
VII	-	Aspectos Físicos	68
VIII	—	Recursos Financeiros.....	70
IX	—	Apoio Administrativo	71
X	-	Algumas Observações Finais	74

I Parte

Quadro Referencial:

Aspectos Gerais

I - ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1. Legislação

1.1 Aspectos gerais

O Brasil é uma República Federativa constituída de vinte e dois Estados, um Distrito Federal e quatro Territórios. Cada Estado, membro da União, goza de relativa autonomia política e administrativa, dentro dos limites traçados pelas normas constitucionais.

De acordo com o regime político-administrativo do País, a formulação da legislação sobre educação se processa nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

A Constituição define os princípios gerais da educação. Ela estabelece que os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo para compensar deficiências locais e se estenderá a todo o País.

A Constituição atribui à União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961 (Lei nº 4.024, de 21/12/61), teve como característica marcante a consagração da descentralização administrativa e executiva em matéria de ensino, que até hoje vigora.

Tendo em vista as profundas transformações que se operavam na sociedade brasileira, determinadas pela intensificação do processo de desenvolvimento econômico e social, essa lei teve que ser alterada poucos anos depois. Em 1968, empreendeu-se a Reforma Universitária, cuja legislação revogou totalmente a parte relativa ao ensino superior da Lei nº 4.024, de 21 de dezembro de 1961.

Seguiu-se a reforma do ensino primário e médio, concretizada na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa novas diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus.

Presentemente, a legislação básica da educação brasileira encontra-se consubstanciada nos seguintes diplomas legais:

- a) Lei nº 4.024, de 21 de dezembro de 1961, que define os princípios da educação nacional e as normas gerais de organização, mas inteiramente revogada no que concerne ao ensino superior e ao ensino de 1º e 2º graus;
- b) Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que esta-

- belece normas de organização e funcionamento do ensino superior brasileiro;
- c) Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que complementa a Lei nº 5.540;
 - d) Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Conforme a legislação vigente, cabe ao Conselho Federal de Educação, órgão normativo e consultivo, interpretar a legislação de ensino, propor diretrizes de política educacional, baixar normas que regulamentam os diferentes aspectos do ensino, tais como organização curricular, autorização e reconhecimento de estabelecimentos universitários, etc. No âmbito dos Estados, os Conselhos Estaduais desenvolvem funções normativas análogas. Embora o Município não constitua um sistema de ensino próprio, pode legislar em matéria de educação, respeitadas a legislação de diretrizes e bases e a lei orgânica do sistema estadual a que pertence.

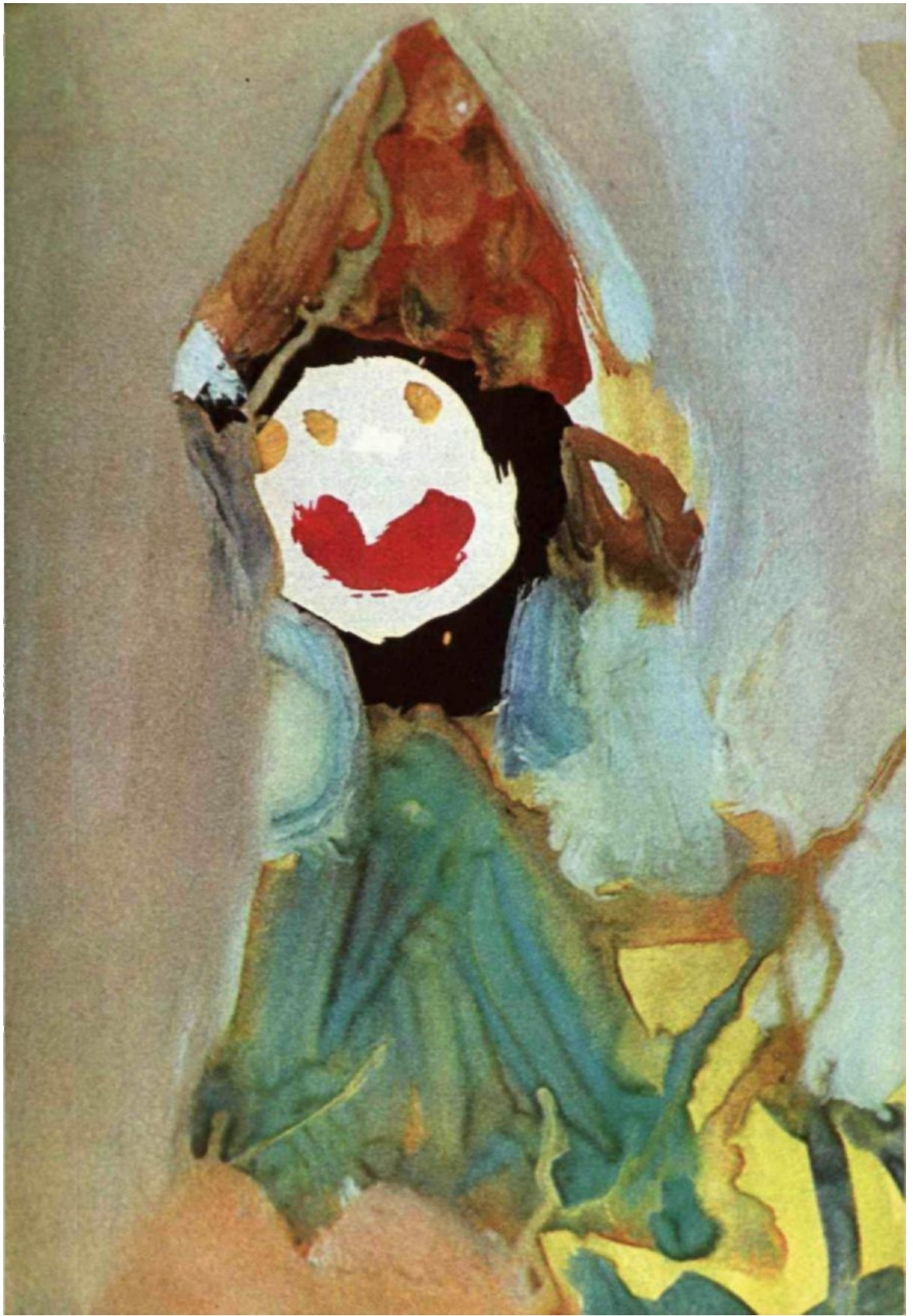
1.2 Aspectos legais relativos à atenção ao pré-escolar

A Constituição brasileira em seu art. 175, § 4º, diz que *"lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais"*.

A preocupação com o pré-escolar, no entanto, é anterior à própria Constituição vigente. Assim, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, determinou que *"... os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação"*. O Decreto atribui ainda ao *"SESI, SESC, LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância"* a responsabilidade de *"manter ou subvencionar escolas maternais e jardins de infância nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas"*.

No entanto, é nos últimos anos que a legislação brasileira vem dedicando maior atenção ao pré-escolar, multiplicando prescrições quanto a seu atendimento. Dentre essas, destacam-se a seguir as mais significativas.

Dando cumprimento à Consolidação das Leis do Trabalho, o Ministério do Trabalho, por intermédio de seu Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT) baixou, em 15/1/69, a Portaria nº 1, expedindo normas quanto à instalação de creches e quanto a convê-



Juliana - 5 anos

nios com creches distritais, para os estabelecimentos em que trabalhem mulheres. Fixou ainda os critérios mínimos necessários à manutenção das creches, vinculando seu funcionamento à aprovação e fiscalização por organismos competentes.

Esta Portaria sofreu alterações em 6/1/71, transferindo à Coordenação de Proteção Materno-infantil (CPMI) a responsabilidade de *"fiscalizar as condições materiais de instalação e funcionamento das creches, bem como a habilitação do pessoal que nelas trabalhe"*. Ao Ministério da Saúde vem sendo atribuída grande responsabilidade quanto à assistência ao pré-escolar. Assim é que o Decreto nº 66.623, de 22 de maio de 1970, referente à organização administrativa do Ministério estabeleceu como finalidades da Coordenação de Proteção Materno-infantil (CPMI) *"...planejar, orientar, coordenar, controlar, auxiliar e fiscalizar as atividades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência"*.

A seguir, o Decreto nº 69.514, de 9 de novembro de 1971, fixou normas para a execução dessas atividades, frisando que elas serão adotadas *"...de preferência... nas populações de mais baixa renda, especialmente nas zonas e regiões menos desenvolvidas"*.

Para minorar o grave problema da subnutrição e da desnutrição no Brasil, foi criado, pela Lei nº 5.892, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, cujo programa objetiva o atendimento às gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares das classes sociais menos favorecidas economicamente.

Em relação à educação do pré-escolar, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que traça diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, determina em seu art. 19, § 2º, que *"os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes"*. Recomenda ainda aos sistemas que estimulem *"as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de 7 anos a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1º grau"*. (Art. 61.)

O Conselho Federal de Educação, por sua vez, pronunciou-se sobre o assunto, por meio da Indicação nº 45/74, afirmando a certeza de que *"cada sistema de ensino, sem deixar de lado a luta prioritária pelo atingimento da obrigatoriedade escolar representada pelo ensino de 1º grau, saberia encontrar soluções criando estímulos que fomentassem a ampliação da oferta de atendimento da população pré-escolar"*.

Essa Indicação deu origem ao Parecer nº 2.018/74, o qual recomenda:

- a) que o Governo Federal inicie estudos no sentido de encontrar novas fontes de recursos financeiros, para suplementar os destinados ao ensino de 1º grau, a fim de subvencionar a educação pré-escolar;
- b) que se busque, a curto prazo, a elaboração de legislação específica destinada a fixar normas e a disciplinar procedimentos relativamente à implantação e ao desenvolvimento, em todo o território nacional, de programas de educação do pré-escolar destinados ao atendimento da população mais carente na faixa etária de zero a seis anos;
- c) que, nessa legislação, se dê ênfase aos programas de emergência caracterizados como de "*educação compensatória*", para a população de 6 e 5 anos ou menos, como parte integrante do ensino de 1º grau, na forma, aliás, do que preconiza o art. 19, da Lei nº 5.692/71.

2. Administração

A administração da educação se processa em três níveis: federal, estadual e municipal.

De acordo com a Constituição, cada um dos Estados, bem como o Distrito Federal, organiza e administra seu próprio sistema de ensino, sob reserva das disposições gerais da lei federal. Quanto à União, suas atribuições compreendem, além da organização e gestão das escolas dos Territórios Federais, a manutenção de um sistema de ensino complementar em todo o País para compensar deficiências locais. Além disso, o Governo Federal presta cooperação técnica e financeira ao desenvolvimento dos sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

O sistema nacional de ensino engloba todos esses sistemas, que estão subordinados a certos princípios e normas de validade nacional, seguem a orientação da política nacional de Educação e devem integrar-se no planejamento global do País.

O que caracteriza cada sistema, do ponto de vista legal-administrativo, é que suas atividades se encontram reguladas e coordenadas por um órgão normativo e geridas por um órgão executivo central. Assim, no plano federal, a esfera de decisão política, planejamento e execução administrativa pertence ao Ministro de Estado, assistido pelos diversos organismos e serviços administrativos de que se compõe o Ministério da Educação e Cultura. O órgão normativo supremo é o Conselho Federal de Educação, diretamente ligado ao Ministro da Educação e Cultura. Nos sistemas dos Estados e do Distrito Federal encontramos uma organização análoga, na qual a

administração é exercida por uma Secretaria de Educação, e o órgão normativo é um Conselho de Educação.

O Ministério da Educação e Cultura vela pela observância das leis do ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação. O Ministério ocupa, assim, uma posição especial, porque, de uma parte, é o órgão máximo da administração do sistema federal de ensino, e, doutra parte, é responsável pelo sistema nacional de ensino, tendo a incumbência de traçar a política nacional da educação, elaborar o seu plano e supervisionar sua execução. O Conselho Federal de Educação define princípios e fixa normas com validade em todo o País e tem, também, atribuições de interpretar oficialmente, no âmbito administrativo, a legislação de diretrizes e bases da educação.

O Conselho, desempenhando a função de intérprete oficial das leis de ensino, na esfera administrativa, julga os diferentes casos que lhe são submetidos em matéria de educação, elaborando, assim, uma jurisprudência educativa de âmbito nacional.

As decisões do Conselho Federal de Educação relativas à legislação de diretrizes e bases do ensino dependem, para sua eficácia, da homologação do Ministro da Educação e Cultura.

Os Conselhos Estaduais de Educação, nos limites de sua competência, atuam de maneira análoga ao Conselho Federal, no âmbito de seus sistemas.

Trata-se, portanto, de um sistema de administração descentralizada mas caracterizado pela articulação entre os diferentes níveis sob a coordenação do Ministério da Educação, nos planos de decisão política, de planejamento e de execução, e do Conselho Federal de Educação, no plano normativo.

De acordo com a legislação atual, a área de competência do Ministério da Educação e Cultura compreende os seguintes assuntos:

- a) Educação - ensino (exceto o militar), magistério.
- b) Cultura - Letras e Artes.
- c) Patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico.
- d) Desportos.

Nos termos da atual reforma administrativa, as atividades do Ministério da Educação e Cultura são exercidas por:

- a) Órgãos da administração direta.
- b) Entidades da administração indireta e outras legalmente sujeitas à supervisão ministerial.
- c) Mecanismos especiais de natureza transitória.

3. Planejamento educacional

O planejamento global da educação foi instituído no Brasil pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional.

Esta lei criava o Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior, constituídos, em parcelas iguais, com os recursos federais destinados à educação. Cabia ao Conselho Federal de Educação elaborar o plano de educação referente a cada Fundo.

A Constituição de 1967 estabeleceu novas normas para preparação dos planos de Governo, inclusive os de educação, e aboliu o regime de Fundos de Educação na forma prevista na Lei nº 4.024.

De acordo com a legislação vigente, o Poder Executivo elaborava planos nacionais de desenvolvimento de duração igual à do mandato do Presidente da República, os quais são submetidos à deliberação do Conselho Nacional até 15 de setembro do primeiro ano do mandato presidencial. Os planos nacionais de desenvolvimento e os orçamentos correspondentes são quinquenais, preparados durante o primeiro ano do mandato presidencial, e vigoram até o primeiro ano do outro mandato.

Em novembro de 1972, pelo Decreto nº 71.353, de 9 de novembro de 1972, foram baixadas normas que regulam o sistema do planejamento federal. A Secretaria-Geral do Ministério do Planejamento é o órgão central do sistema de planejamento, e as Secretarias-Gerais dos Ministérios civis e órgãos equivalentes dos Ministérios militares são os seus órgãos setoriais.

4. Sistema de financiamento

No Brasil, o financiamento da educação provém de fundos públicos e privados. As despesas do setor público se repartem pela União, pelos Estados federados e pelos Municípios.

Quanto aos recursos do setor privado aplicados em educação, os elementos de informação ainda são muito deficientes. Estima-se em 15% das despesas públicas a participação do setor privado na educação nacional.

Embora o Poder Público subvencione o ensino particular em todos os seus níveis, os recursos públicos atribuídos à educação são aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do ensino oficial.

Os recursos federais destinados ao ensino compreendem não só os do orçamento do Ministério da Educação e Cultura, mas também os de outros Ministérios.

As fontes dos recursos públicos aplicados em programas educacionais, em suma, são as seguintes:

4.1 *Recursos ordinários* (inclusive administração descentralizada) do Tesouro Nacional, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios. Estes recursos são arrecadados e contabilizados globalmente, sem vinculação a programas específicos.

4.2 *Recursos vinculados:*

- a) salário-educação, instituído pela Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, devido por todas as empresas e demais entidades públicas vinculadas à Previdência Social, aplicado especialmente a programas do ensino de 1º grau. É repartido em duas partes iguais, sendo uma delas da União e a outra, dos Estados e Distrito Federal. Figura nos balanços somente a partir de 1970;
- b) fundo especial da Loteria Federal, criado pela Lei nº 5.525/68 (20% da arrecadação total);
- c) 30% da arrecadação da Loteria Esportiva Federal, instituída pelo Decreto-Lei nº 594/69.

4.3 *Recursos de outras fontes:*

- a) diretamente arrecadados pelas entidades da administração descentralizada (receita própria, industrial e patrimonial);
- b) decorrentes de operações de crédito, internos e externos;
- c) de convênios com entidades públicas e privadas; e
- d) de outras fontes (públicas, privadas e internacionais).

O art. 7º do Decreto nº 66.254, de 24 de fevereiro de 1970, determina que os Estados, o Distrito Federal, os Territórios Federais e os Municípios destinem, anualmente, um mínimo de 20% de suas quotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios a programas de ensino de 1º e 2º graus. O referido Fundo é produto da arrecadação de impostos gerais da União, para ser redistribuída às unidades da Federação de acordo com princípios estabelecidos na Constituição do Brasil. Decreto federal define as condições de alocação da parcela correspondente à educação.

Determina, ainda, a Constituição que o Estado poderá intervir no Município que não tiver aplicado, no ensino de 1º grau, em cada ano, 20%, pelo menos, da receita tributária municipal.

A Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, com o fim de captar recursos e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, nos três níveis.

O FNDE passou a funcionar a partir de 1970 e, desde então, seus recursos cresceram percentualmente em proporção maior que as verbas orçamentárias do Ministério. Pelos quadros anexos I e II verifica-se que, em 1970, mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Ministério são movimentados pelo FNDE.

Grande parte dos recursos do Fundo provém do salário-educação, por isso a assistência financeira de maior vulto por ela concedida se dirige ao campo do ensino de 1º grau. Na verdade, em 1973, três quartas partes daqueles recursos se destinaram a auxiliar financeiramente os Estados na expansão e melhoria do ensino de 1º grau.

QUADRO I

EXERCÍCIO	MEC ¹	FNDE ²
1969	100	100
1970	116	128
1971	132	376
1972	194	493
1973	198	852

QUADRO II

EXERCÍCIO	MEC ¹	FNDE ²	%
1969	1.150.053.227,69	152.715.306,00	13,2
1970	1.337.094.189,29	169.351.927,50	12,6
1971	1.528.840.829,49	639.726.669,48	41,8
1972	2.242.362.258,68	906.602.112,09	40,4
1973	2.283.813.200,00	1.454.945.100,00	63,7

1 — Ministério da Educação e Cultura.

2 — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

II - ASPECTOS RELEVANTES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

1. Aspectos demográficos

1.1 *A população e sua distribuição geográfica e etária*

1.1.1 O Brasil é um País de 8.511.965 quilômetros quadrados, com uma população estimada em 106.321.639 habitantes em 1975, o que dá uma densidade demográfica de 12,49 habitantes por quilômetro quadrado. No entanto, a população se distribui desigualmente no espaço geográfico. Em 1970, o censo demográfico apontava a seguinte distribuição e densidade nas regiões:

Suede — 6 anos

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO DE POPULAÇÃO POR REGIÕES

Grandes regiões	Habitantes	% sobre o total	Hab./km ²
Norte	3,603,860	3,87	1,01
Nordeste	28,111,927	30,18	18,16
Sudeste	39,853,498	42,79	43,09
Sul	16,496,493	17,71	28,58
Centro-Oeste	5,073,259	5,45	2,70
Brasil	93,139,037	100,0	10,95

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1973,

1,1,2 A distribuição da população pelas diversas idades mostra que o Brasil tem uma população predominantemente jovem, como se observa no quadro seguinte:

TABELA II

POPULAÇÃO AJUSTADA - BRASIL - 1973

Idades	População	% sobre o total	% acumulada
Total	106,321,639		
0- 4	15,591,943	14,66	14,66
5- 9	14,222,227	13,37	28,03
10- 14	13,363,048	12,56	40,59
15- 19	11,763,939	11,06	51,65
20-24	10,137,458	9,53	61,18
25-30	8,178,923	7,69	68,87
30-34	6,405,723	6,03	74,90
35 - 39	5,563,858	5,24	80,14
40-44	4,975,746	4,68	84,82
45-49	4,390,787	4,13	88,95
50-54	3,398,033	3,20	92,15
55-59	2,761,776	2,60	94,75
60-64	2,083,667	1,96	96,71
65-69	1,552,111	1,46	98,17
70-74	973,918	0,92	99,00
75-79	568,735	0,54	99,63
80 e mais	385,747	0,37	100,00

FONTE: SANTIAGO, Jurandir, *Modelo de análise do sistema educacional, relativo a efetivos escolares*, MEC/FUB, março de 1974,

Deve-se ressaltar, por suas implicações econômicas, sociais e educacionais, que 61,18% da população total têm menos de 25 anos.

Da população total (aproximadamente 106 milhões de habitantes), cerca de 21 milhões são crianças de menos de 7 anos (ver tabela III), representando 20% da população brasileira.

TABELA III POPULAÇÃO ESTIMADA -
BRASIL - 1975

Idade	População	% sobre pop. total	% acumulada	População acumulada
Menos de				
1 ano	3.294.487	3,10	3,10	
1 ano	3.191.349	3,01	6,11	6.485.836
2 anos	3.104.300	2,92	9,03	9.590.136
3 anos	3.031.339	2,86	11,89	12.621.475
4 anos	2.970.465	2,80	14,69	15.591.940
5 anos	2.919.678	2,75	17,44	18.511.618
6 anos	2.876.977	2,71	20,15	21.388.595

FONTE: SANTIAGO, Jurandir. *Modelo de análise do sistema educacional, relativo a efetivos escolares*. MEC/FUB, março de 1974.

1.2 *Crescimento populacional e na talidade*

- 1.2.1 A população brasileira vem crescendo a uma taxa de 2,8% ao ano, o que significa que a cada trinta anos ela se duplica. (Fonte: IBGE.)
- 1.2.2 A taxa bruta de natalidade em relação ao período 1970-75, para o Brasil, é de 36,65. (Fonte: "Projeção da População do Brasil até o ano 2.000", Centro Brasileiro de Estudos Demográficos — CEBED.)
- 1.2.3 Considerada a importância que vêm ganhando os programas sociais do governo destinados à população que percebe de 0 a 2 salários mínimos de renda mensal, convém ressaltar dados relativos aos índices de natalidade dessa população.

Segundo estudos do IPEA/CNR H (1975), as taxas brutas de natalidade para a população considerada são 36,7 por 1.000 habitantes nas zonas urbanas e 41 por 1.000 habitantes nas zonas rurais. Mas essa

taxa varia de acordo com os níveis salariais da população. Na faixa de zero a um salário mínimo, há 37,6 nascimentos por 1.000 habitantes, na de 1 a 1,5 salário mínimo há 36,5 e na de 1,5 a 2 há 35,4 nascimentos para cada 1.000 habitantes. Se considerarmos, por outro lado, a taxa bruta de natalidade por região geográfica da população na mesma faixa de renda (zero a dois salários mínimos), observamos que ela é bem mais elevada nas regiões menos desenvolvidas do País (4,5 no Nordeste e 4,3 no Norte).

TABELA IV

Região	População - 1970		Taxa bruta natalidade	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Norte	658.830	1.335.745	43/1000	43/1000
Nordeste	6.953.015	11.788.588	43,5/1000	45/1000
Sudeste	13.391.980	5.773.675	31,7/1000	34/1000
Sul	3.788.380	3.399.010	36,4/1000	38/1000
Centro-Oeste	1.227.975	1.589.765	40,6/1000	41/1000
Brasil	26.020.180	24.386.775	36,7/1000	41/1000

FONTE: Setor de emprego, IPEA/CNRH, 1975 (PLANAN).

Pode-se concluir, portanto, que quanto mais baixa a renda e quanto mais pobre a região maior o índice de natalidade.

1.3 *Previsão do crescimento da população de 0 a 6 anos*

Com base na tendência histórica pode-se prever que a população de 0 a 6 anos crescerá nos próximos cinco anos tal como mostra a tabela V.

TABELA V
POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS
1976 - 1980

Ano	Total 0 a 6 anos	0	1	2	3	4	5	6
1976	21.802.345	3.375.819	3.263.871	3.168.814	3.088.687	3.021.526	2.965.370	2.918.258
1977	22.264.828	3.457.394	3.341.281	3.241.209	3.155.463	3.082.331	3.020.100	2.967.050
1978	22.766.172	3.538.372	3.421.892	3.319.415	3.229.614	3.151.161	3.082.728	3.022.990
1979	23.296.880	3.617.914	3.504.017	3.401.366	3.309.085	3.226.705	3.152.118	3.085.675
1980	23.845.840	3.695.181	3.585.967	3.484.994	3.391.823	3.306.015	3.227.130	3.154.730

FONTE: SANTIAGO, Jurandir. *Modelo de análise do sistema educacional, relativo a efetivos escolares. MEC/FUB, março 1974.*

A magnitude dos números contidos nessa tabela constituem por si só uma indicação eloqüente da ordem de grandeza dos problemas da educação pré-escolar e sugerem desde logo uma estratégia gradual de atendimento em que, obviamente, dever-se-á dar prioridade, nas primeiras etapas, a uma população-alvo mais carente.

2. Aspectos sociais e econômicos

2.1 O processo de urbanização e seus efeitos

2.1.1 Evolução do processo de urbanização

País com forte tradição rural, suas atividades econômicas estiveram, desde o período de colonização até poucas décadas atrás, voltadas para seu interior, predominando, entre elas, a cultura de cana-de-açúcar, a criação de gado, a cultura de café e as atividades de extração mineral. E relativamente recente a orientação no sentido da industrialização.

Em 1930, após a grande crise econômica mundial, o Brasil iniciou uma política mais sistemática de expansão industrial visando a substituição das importações. Como conseqüência, a partir dos anos trinta, as cidades passaram a exercer um poder de atração da mão-de-obra maior que o poder de fixação, no campo, das populações rurais. As cidades começaram a crescer rapidamente, com freqüência, além de sua capacidade de absorver a mão-de-obra oferecida.

Em 1940, ainda 68,8% da população brasileira viviam na zona rural. Em 1960, ela se repartia quase

equilibradamente, com pequena predominância no campo, Já em 1970, as proporções de 1960 se invertiram: começa o predomínio quantitativo da população urbana sobre a rural,

TABELA VI

**EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
1940 - 1970**

Ano	População		%	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1940	12,880,182	28,356,133	31,2	68,8
1950	18,782,891	33,161,506	36,2	63,8
1960	32,004,817	38,987,526	45,1	54,9
1970	52,084,984	41,054,053	55,9	44,1

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1973,

A evolução do processo de urbanização não se processou, no entanto, uniformemente no espaço brasileiro, Foi mais acentuada no Sudeste (48% da população eram urbanos em 1950 e 73%, em 1970), seguindo-se o Sul (30% em 1950 e 45% em 1970), e mais lenta no Norte (31% em 1950 e 48% em 1970), Essas diferenças se explicam pela diversidade do ritmo de expansão industrial entre as várias regiões,

TABELA VII

**EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO POR
REGIÃO- 1950-1970**

Regiões	1950	1960	1970
Brasil	36	45	56
Norte	31	36	45
Nordeste	26	34	42
Sudeste	38	57	73
Sul	30	38	45
Centro-Oeste	24	35	48

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1973,

As migrações se deram tanto dentro dos próprios Estados, principalmente na direção da capital, quanto de uma região para outra. O Sudeste (Rio e São Paulo, principalmente) e o Centro-Oeste (Brasília, principalmente) foram os pólos de maior atração da segunda procedência.

2.1.2 Efeitos sociais negativos da urbanização acelerada

O processo de rápida urbanização gerou sérios problemas sociais que tornam mais complexo o planejamento global e setorial do País.

As populações que se deslocam das zonas rurais para as urbanas buscam, além de empregos que lhes assegurem remuneração mais elevada, melhores condições de atendimento médico e odontológico, recreação, lazer, previdência social e educação dos filhos. Em síntese, melhor qualidade de vida.

Suas esperanças, no entanto, com freqüência se frustram. Os setores econômicos mostram-se incapazes de absorver toda a oferta de mão-de-obra adicional. Por outro lado, o próprio despreparo dessa população egressa dos campos para o exercício de ocupações urbanas acarreta desemprego e subemprego.

A esses problemas acresce a impossibilidade de os serviços públicos oferecerem proteção à população imigrante através da previdência social e da assistência médica, odontológica, educacional e da assistência social.

Marginalizada, desassistida e em grande parte desempregada, essa população concentra-se em favelas na periferia das grandes cidades, formando, em torno dela, os chamados "cinturões de miséria".

Os padrões de vida nas favelas são geralmente os mesmos. Não existem esgotos, água tratada, ruas pavimentadas. O lixo e os dejetos acumulam-se por toda a parte e favorecem uma fauna transmissora de doenças: insetos, ratos, etc.

As habitações são barracos feitos com pedaços de caixas de madeira, com latas velhas e até papelão recolhido nos montes de lixo. O tamanho da casa é o menor possível, dentro da qual a família se amontoa durante a noite. Não existem cômodos; as rnas das vezes, apenas as quatro paredes exteriores. Os sanitários são substituídos pela privada atrás do barraco, próximo da qual freqüentemente está localizado o poço de onde é tirada a água para beber. Em muitos

bairros pobres e favelas, o fornecimento de água à população limita-se a uma torneira ou poço de uso comum,

Essas condições pouco variam de cidade para cidade, Suas características essenciais são sempre idênticas,

A urbanização acelerada afetou o próprio estilo de vida social, A família extensa tende a desagregar-se, subsistindo apenas a família nuclear, Mas até mesmo as relações dentro desta se modificam: o pai sai cedo para o trabalho, voltando apenas à noite, A mãe também se vê, geralmente, obrigada a trabalhar, afastando-se de sua casa e de seus filhos, Ambos ficam, portanto, distantes um do outro e dos filhos, que ficam entregues aos irmãos mais velhos, a parentes não empregados ou a si mesmos, Com menor frequência, quando a família possui nível econômico melhor, uma empregada cuida deles,

Se estiverem freqüentando a escola, as crianças têm, durante parte do dia, um pouco de proteção e assistência educativa, Do contrário, passam o dia na rua ou presas em casa, pelos próprios pais,

As famílias dos bairros periféricos pobres são as mais afetadas pelos efeitos sociais negativos da urbanização sem controle, Mas é particularmente a formação da personalidade das crianças que a situação social descrita atinge de forma mais disruptiva,

2,1,3

Distribuição da renda

Segundo estudos oficiais, houve, na década de 1960-1970, acentuada concentração de renda no País,

Veja-se, para ilustrar, como se distribuíam, percentualmente, as famílias que recebiam renda

TABELA VIII mensal até dois salários mínimos, em 1970:

**FAMILIAS QUE RECEBIAM ATÉ
DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS
PERCENTUAIS POR REGIÃO - 1970**

Região	Urbana	Rural
Norte	50,4	79,5
Nordeste	67,8	75,4
Sudeste	46,5	51,3
Sul	51,5	53,3
Centro-Oeste	56,9	58,6
Brasil	52,2	63,1

FONTE: Setor de emprego, IPEA/CNRH, 1975,

OBS,: Os dados de renda rural familiar foram elaborados a partir do trabalho de Carlos Geraldo Langoni, Os dados de renda urbana foram extraídos de: MNH, Minter, in "Distribuição de renda mensal familiar na área urbana", RJ, 1973,

Como se constata, mais da metade das famílias brasileiras ganhavam, na época, de zero a dois salários mínimos, Dois salários mínimos correspondiam, então, a Cr\$ 365,00, no máximo,

Deve-se ter em conta que o salário mínimo varia conforme a região, sendo os seguintes os valores, em 1970:

**TABELA IX SALÁRIOS
MÍNIMOS POR REGIÃO - 1970**

Região	Urbana	Rural
Norte	134,40	134,40
Nordeste	129,33	132,66
Sudeste	182,82	179,90
Sul	167,38	170,40
Centro-Oeste	151,12	144,27

FONTE: *Anuário Estatístico do Brasil*, FIBGE, 1971,

Sensível ao problema de distribuição de renda, o Governo Federal estabeleceu, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, uma política visando a corrigir gradualmente o desequilíbrio observado, Medidas concretas já foram postas em prática no correr do presente ano para fazer com que o trabalhador perceba maior salário real e benefícios indiretos que melhor satisfaçam suas necessidades vitais básicas, Nesse sentido, particular atenção vem sendo dada às famílias com renda mensal até dois salários mínimos,

III - A CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR CARENTE

Anualmente 300,000 crianças atingem a idade de ingresso compulsório na escola de 1º grau, Desse número, aproximadamente a metade é de crianças oriundas de camada social menos favorecida, a qual, segundo o critério oficial, corresponde às famílias que percebem de 0 a 2 salários mínimos,

A população nessa faixa de renda constitui a clientela para a qual a política governamental de desenvolvimento social dá atenção prioritária, Como este documento pretende fundamentar um programa de ação ajustado



**Bruno—5
anos**

a essa política, os problemas que afetam as crianças dessas famílias merecem ser postos em destaque.

1. Problemas de nutrição e saúde

Estimativas oficiais relativas ao ano de 1973 informam que da população total de 102.000.000 de habitantes, cerca de 21% situavam-se na faixa de 0 a 6 anos. Destes, recebiam assistência de saúde e nutrição apenas 20%. Dos não-assistidos, aproximadamente 17.000.000 de crianças, 70% são subnutridos ou desnutridos (CHAVES Nelson. Recife, 1973).

As crianças subnutridas apresentam atraso considerável no desenvolvimento corporal. Pesquisa realizada em 1972, em algumas zonas rurais, pelo Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, revelou que 42% das crianças de 4 anos de idade apresentavam um desenvolvimento pondero-estatural correspondente ao das crianças de classe média urbana de 2 anos de idade e que 41% das crianças com 3 anos apresentavam peso e altura correspondentes a crianças da classe urbana de menos de 1 ano de idade.

Apesar da falta de pesquisas sistemáticas em larga escala, há evidência empírica de que a situação nas zonas urbanas periféricas pouco difere desses dados. As crianças das famílias dos "cinturões de pobreza" sofrem, desde o período de gestação, os efeitos da carência de elementos nutritivos básicos, como demonstram os estudos realizados nos bairros pobres de Recife, pelo Prof. Néelson Chaves, da Universidade Federal de Pernambuco (CHAVES, Néelson. 1973).

A subnutrição e a mortalidade infantil andam estreitamente associadas. Segundo a Coordenação de Proteção Materno-infantil (CPMI), do Ministério da Saúde, a mortalidade das crianças menores de 5 anos, no Brasil, é de 37,97%, sendo que os índices mais altos são encontrados no Nordeste (51,20%), no Centro-Oeste (42,23%) e no Norte (37,61%). Os óbitos que apresentam como causa associada a deficiência nutricional chegam a atingir 75,4% do total em algumas regiões. A fome pode ser considerada a maior responsável pela mortalidade infantil no Brasil.

Os estudos da CPMI acentuam que a desnutrição protéico-calórica, as anemias nutricionais por carência de ferro, ácido fólico e vitamina B₁₂ o bócio e o cretinismo endêmico e a hipovitaminose A são alguns dos graves problemas de saúde das crianças pré-escolares dos ambientes de baixo nível sócio-econômico, e provocam deficiências orgânicas da mais variada natureza, como problemas dentários, raquitismo, anemia, verminose, tuberculose, deficiências visuais e auditivas decorrentes de infecções crônicas.

2. Problemas de desenvolvimento psicológico e adaptação social

Estudos brasileiros vêm confirmando a evidência encontrada em pesquisas realizadas em outros países de que as crianças das

camadas mais pobres da população têm um desempenho mais baixo em testes de capacidade mental do que as crianças das camadas de renda mais alta.

Pesquisa feita por Ana Maria Poppovic, por exemplo, em São Paulo e Brasília (em 1975), demonstrou que as crianças de nível sócio-econômico baixo, de suas amostras, tinham dois anos de atraso na capacidade mental em relação a crianças de nível sócio-econômico alto. As diferenças são progressivamente maiores, à proporção que aumenta a idade. Assim, aos quatro anos elas apresentam, em média, 19,5 pontos de atraso na escala dos testes utilizados; aos cinco anos, o atraso se eleva para 24,7 pontos e aos 6 anos a diferença sobe para 37,5 pontos. Em média, as crianças de ambientes carentes estão, aos 6 anos, dois anos inferiorizadas no seu desenvolvimento psicossocial e cognitivo em relação aos padrões considerados normais para as crianças de classe média e alta.

A marginalização cultural dos pais é um processo que afeta igualmente os filhos. Deficiências de estimulação sensorimotora, afetiva, social e verbal próprias de ambientes de baixo nível sócio-econômico influenciam negativamente o desenvolvimento infantil.

As crianças carentes apresentam dificuldades na discriminação de estímulos auditivos e visuais (Craviotto e De Licarde, México, 1969; Chapakan *et alii*, Índia, 1968; Guthrie *et alii*, Filipinas, 1967). Hipóteses têm sido levantadas de que essas limitações e a conseqüente apatia das crianças tendem a reduzir a responsividade dos adultos em relação à criança (Craviotto, 1969). Estabelece-se, portanto, um círculo vicioso: a pobreza de estímulos sensoriais (e provavelmente afetivos também) do meio ambiente conduz à apatia e ao baixo nível de desempenho intelectual da criança. Estas condições, por sua vez, limitam a interação do adulto com a criança provocando déficits crescentes no seu desempenho psíquico, sensorial e motor, em relação aos padrões normais.

Os efeitos prováveis dessa situação sobre a aprendizagem são limitações sobre a capacidade geral de aprender e, especificamente, sobre a capacidade de ler e escrever.

Como os adultos que cercam essas crianças possuem vocabulário limitado e um domínio precário da estrutura da língua, elas não têm condições de desenvolver a capacidade de usar adequadamente a linguagem oral como meio de expressão e de instrumento de raciocínio.

Tem sido observado, também, que as crianças carentes apresentam problemas de ajustamento psicossocial: instabilidade emocional, inibição, agressividade, baixo nível de auto-estima, medo e desconfiança diante de pessoas estranhas ou de situações novas. Revelam, ainda, pouca espontaneidade para explorar coisas e situações desconhecidas. Perdem, assim, progressivamente, a consciência de suas próprias possibilidades.

Em relação à formação do sistema de valores, seu ambiente familiar e social transmite-lhes padrões diferentes dos da cultura dominante, frente aos quais a criança se encontrará mais tarde.

A ausência freqüente do pai e da mãe implica na falta de modelos com os quais sua personalidade em formação se identifique.

Resumindo, podem ser consideradas como comuns às crianças carentes, as seguintes características:

- a) apatia;
- b) dificuldade em concentrar a atenção;
- c) dificuldade no uso adequado da linguagem oral e da formulação do pensamento abstrato (generalizar a partir de situações concretas);
- d) dificuldade em ajustar-se aos padrões esperados (segundo a cultura dominante);
- e) rendimento inferior aos padrões normais, quando submetidas a métodos formais de ensino.

Se aceitarmos que as crianças de 4, 5 e 6 anos das famílias de renda familiar mais baixa, isto é, de 0 a 2 salários mínimos, estão, todas elas, sob o risco de se situarem no quadro de múltiplas carências, apresentamos as seguintes estimativas para essa população:

POPULAÇÃO RURAL DE 4,5 E 6 ANOS, POR REGIÃO, CUJOS PAIS RECEBEM DE ZERO A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS

Região	Idade (anos)	Ano				
		1975	1976	1977	1978	1979
Norte	4 5	52.330	53.774	55.259	56.785	58.353
	6	51.162	52.57b	54.027	55.518	57.051
		50.635	52.033	53.470	54.946	56.463
Nordeste	4	456.205	268.801	481.744	495.045	508.714
	5 6	446.031	458.345	471.000	484.005	497.368
		441.436	453.624	466.148	479.019	492.244
Sudeste	4 5	203.206	208.817	214.582	220.507	226.595
	6	198.674	204.159	209.796	215.589	221.541
		196.627	202.056	207.635	213.368	219.259
Sul	4 5	143.436	147.396	151.466	155.648	159.946
	6	140.237	144.109	148.088	152.177	156.378
		138.792	142.625	146.562	150.609	157.679
Centro-Oeste	4 5	62.028	63.741	65.501	67.309	69.168
	6	60.645	62.319	64.040	65.808	67.625
		60.020	61.677	63.380	65.130	66.928
Brasil	4 5	917.205	942.529	968.552	995.294	1.022.776
	6	896.749	921.507	946.951	973.097	999.963
		887.510	912.015	937.195	963.072	992.573

FONTE: Calculado a partir dos dados preparados para o PLAÑAN, pelo IPEA/CNRH/Setor de emprego/1975.

**POPULAÇÃO URBANA DE 4,5 E 6 ANOS, POR REGIÃO, CUJOS PAIS
RECEBEM DE ZERO A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS**

Região.	Idade anos	Ano				
		1975	1976	1977	1978	1979
NORTE	4 5	22.138	22.749	23.377	24.023	24.686
	6	21.644	22.242	22.856	23.487	24.136
		21.421	22.421	22.013	22.621	23.887
NORDESTE	4 5	235.855	242.367	249.059	253.935	263.002
	6	230.595	236.962	243.504	250.227	257.136
		228.219	234.520	240.996	247.650	254.487
SUDESTE	4 5	315.645	324.360	333.315	342.518	351.975
	6	308.605	317.126	325.882	334.879	344.125
		305.426	313.859	322.525	331.430	340.580
SUL	4 5	107.993	110.975	114.039	117.188	120.423
	6	105.585	108.500	111.496	114.574	117.738
		104.497	107.382	110.347	113.394	116.525
CENTRO-OESTE	4 5	40.090	41.196	42.334	43.503	44.704
	6	39.196	40.278	41.390	42.533	43.707
		3a792	39.863	40.963	42.094	43.257
BRASIL	4 5	721.721	741.647	762.124	783.167	804.790
	6	705.625	725.108	745.128	765.700	786.842
		698.355	717.637	737.452	757.813	778.736

FONTE: Calculado a partir dos dados preparados para o PLANAN, pelo IPEA/CNRH/Setor de emprego/1975.

Essas crianças, ao chegarem à escola de 1. grau, apresentam as características psicomotoras, afetivas, cognitivas e físicas descritas. Além da subnutrição que as torna apáticas ou desinteressadas no estudo, incapazes de concentrar a atenção, além das doenças gastrointestinais, parasitárias, deficiências de vista, audição, dentição, etc, de que são portadoras, elas têm, em média, dois anos de retardo no desenvolvimento psicomotor e cognitivo em relação à média esperada para sua idade cronológica. Esse retardo pode ser principalmente observado nas funções neuropsicológicas e nas operações cognitivas. As funções neuropsicológicas são a base da maturidade para a leitura e a escrita enquanto as operações cognitivas são a base para o raciocínio, fundamento da aprendizagem. Como a escola formal espera receber as crianças com um nível de "prontidão", que é o pré-requisito indispensável para a alfabetização, vê-se que a escolarização parte de um nível que grande parte das crianças ainda não atingiu. Essas crianças estão, com grande probabilidade, quase fatalmente, condenadas ao fracasso, à reprovação e à repetência. Muitas delas se evadem após o primeiro insucesso, ou após o segundo, ou mesmo antes, durante o período escolar, como defesa diante de uma situação que exige delas um desempenho ao qual elas não estão em condições de responder.

IV -ALGUNS PROBLEMAS DA ESCOLA DE 1º GRAU

A rápida descrição do desempenho do ensino de 1º grau no Brasil, feita a seguir, aponta alguns problemas que podem ser relacionados à situação da criança pré-escolar,

O ensino de 1, grau de 8 anos é obrigatório e gratuito na faixa etária dos 7 aos 14 anos, Constitui prioridade do sistema público de ensino a oferta de oportunidades educacionais para toda a população compreendida nessa faixa de idade,

Havia 19,721,517 alunos no 1º grau, em 1973, Nesse mesmo ano, a estimativa da população escolarizável entre 7 e 14 anos, no Brasil, era de 20,982,541 indivíduos,

Se todos os alunos de 1º grau, nesse ano, estivessem compreendidos na faixa etária de 7 a 14 anos, haveria ainda 1,261,036 crianças na idade obrigatória fora da escola,

À primeira vista, é fácil compreender essa situação, levando-se em conta que, até 1971, o ensino obrigatório era de 4 anos, passando para 8, em 1972, por força da Lei nº 5,692, de 11 de agosto de 1971, No entanto, se se considerarem apenas as crianças de 7 a 11 anos, e o número de matrículas entre a 1ª e a 4ª séries, encontrar-se-á um déficit de matrículas da mesma proporção (13,513,454 crianças de 7 a 11 anos: 11,241,660 matrículas - 1,271,894 crianças de 7 a 11 anos não matriculadas),

Como se vê no quadro que segue, 2,68% dos alunos começaram, em **1973**, sua escolarização formal antes dos 7 e 96,65% concluíram-na após os 14 anos,

BRASIL - PORCENTAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO DE 1,º GRAU DISTRIBUIDOS CONFORME AS IDADES

Séries	Total %	Menos de 7	7	8	9	10	11	12	13	14	Mais de 14
1º	100	2,68	11,77	21,32	20,61	14,48	9,75	6,67	5,27	2,91	4,54
2º	100	0,11	1,15	7,91	18,47	21,10	16,53	12,11	9,49	5,67	7,46
3º	100		0,16	1,30	8,20	17,59	20,76	16,81	14,31	9,39	11,48
4º	100			0,15	1,22	7,73	17,88	21,21	19,51	14,29	18,01
5º	100				0,13	0,80	5,42	13,32	18,53	16,84	44,96
6º	100					0,09	0,69	5,14	13,50	17,63	62,95
7º	100						0,09	0,48	4,70	13,61	81,12
8º	100							0,10	0,20	3,05	96,65

FONTE: Elaborado a partir dos dados apresentados em: SANTIAGO, Jurandir e MUNIZ, José Esio A, *Modelo de análise do sistema educacional sobre demanda, oferta e fluxo do efetivo escolar do 1º grau*, MEC/FUB, 1974,

Por isso, pode-se afirmar que é bem maior o número de alunos, entre 7 e 14 anos de idade, que não estava, nesse ano, freqüentando a escola. As estimativas indicam que esse número chega a quatro milhões. Nos anos anteriores, observa-se o mesmo comportamento.

Como a implantação da Lei nº 5.692/71 deve ser feita progressivamente, respeitando-se as possibilidades concretas e as peculiaridades locais (art. 72 da Lei), o ensino de 1º grau irá estendendo aos poucos a oferta de vagas nas 5º, 6º, 7º e 8º séries para atender a toda a demanda social.

Tem crescido constantemente o número de matrículas no ensino de 1º grau, não apenas para acompanhar o crescimento da população escolarizável quanto, inclusive, para cobrir o déficit de vagas. Anualmente, são alocados centenas de milhões de cruzeiros para ampliação das oportunidades educacionais (construção de prédios escolares) no ensino obrigatório. Mas o problema não se resolve por isso, apenas.

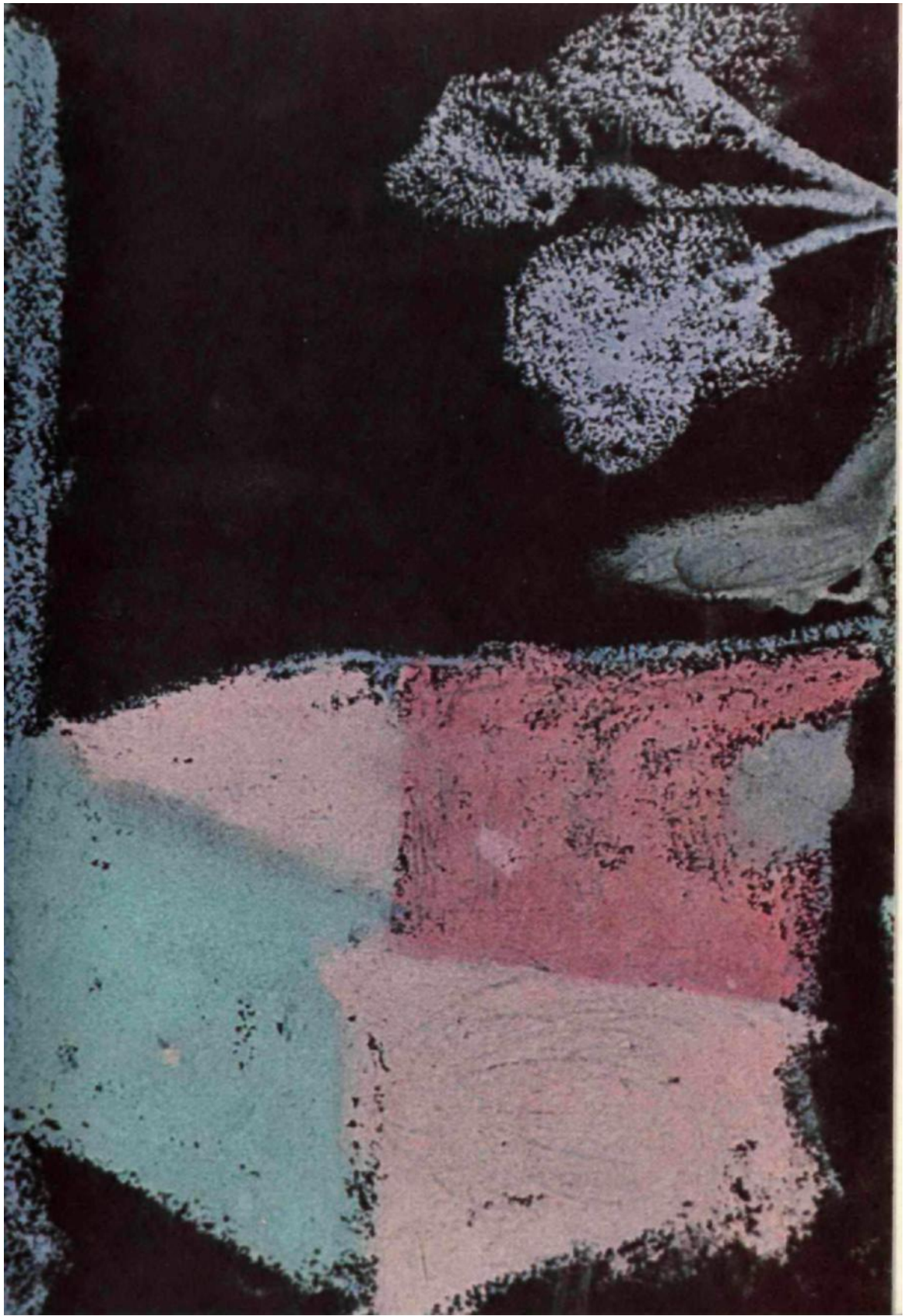
O número de matrículas na 1º série, é 2,4 vezes superior ao número de indivíduos de 7 anos de idade: 6,7 milhões de matrículas nessa série, enquanto a população brasileira de 7 anos, em 1973, era de 2,8 milhões.

Diversos fatores podem ser aduzidos como responsáveis pelo congestionamento de alunos na 1º série:

- a repetência;
- a entrada tardia na escola, em diversas idades;
- o abandono com retorno à escola;
- o número elevado de escolas de apenas uma sala e um professor.

Embora esses problemas ocorram com mais intensidade entre a 1º e a 2º série, eles estão presentes nas seguintes, até a 8º.

O quadro abaixo apresenta os fenômenos de promoção, repetência e abandono, observados na coorte. Tomam-se os dados da coorte por ser esta a condição de acompanhar o fluxo de alunos entre as séries.



BRASIL - ENSINO DE 1º GRAU
TAXAS DE ADMISSÃO NOVA, PROMOÇÃO, REPETÊNCIA
E ABANDONO NA COORTE
Média entre 1955-1972

Série	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Taxa de admissão nova na 1ª série e promoção nas seguintes	74,6	43,2	36,8	29,8	25,5	18,1	15,8	14,3
Taxa de repetência	25,4	6,4	4,3	2,7	3,6	1,2	1,0	0,8
Taxa de abandono	-	50,4	58,9	67,5	70,9	80,7	83,2	84,9

FONTE: SANTIAGO, Jurandir, e MUNIZ, José Esio A. *Modelo de análise do sistema educacional sobre demanda, oferta e fluxo do efetivo escolar do 1º grau*. MEC/F UB, 1974, pp. 31 e 33.

O fenômeno da repetência é um dos mais sérios. Em 1972, 23,5% do efetivo discente da 1ª série, no Brasil, eram repetentes, ou, em números absolutos, 1.441.813 alunos estavam ocupando pela segunda ou terceira vez a mesma vaga nessa série. Essa taxa vem-se alterando muito lentamente através dos anos, pois em 1965 era de 26,33%. A taxa média de reprovação na 1ª série, entre 1965 e 1972, é de 26,09%.

BRASIL - ENSINO DE 1º GRAU TAXAS DE
REPETÊNCIA NA 1ª E NA 2ª SÉRIES DO 1º
GRAU E DE PROMOVIDOS DA 1ª PARA A 2ª
SÉRIE, POR ANO

Fenômeno \ Ano	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Porcentagem de repetentes na 1ª série	26,12	26,33	26,26	27,72	26,63	25,55	27,72	23,01	23,50
Porcentagem de repetentes na 2ª série	16,58	16,65	16,61	18,39	18,13	15,84	15,69	12,51	17,74
Porcentagem de promovidos da 1ª para a 2ª série	33,40	37,46	36,41	37,19	38,33	41,27	45,44	43,23	-

FONTE: Calculado a partir da tabela apresentada em: SANTIAGO, Jurandir e MUNIZ, José Esio A. *Modelo de análise do sistema educacional sobre demanda, oferta e fluxo do efetivo escolar do 1º grau*. MEC/F UB, 1974, pág. 47.

Nas séries seguintes a repetência é menor, o que permite aventar pelo menos duas hipóteses:

- a) há uma adaptação progressiva dos alunos ao sistema escolar, permitindo maior aprendizagem nas séries seguintes;
- b) os professores facilitam a promoção nas séries mais adiantadas.

A primeira hipótese lembra a possibilidade de que a escola pode representar um impacto social e psicológico para a criança que vem de um ambiente familiar restrito nas relações sociais; pode estar exigindo um nível de respostas para as quais a criança não está preparada; pode estar recebendo os alunos em níveis muito heterogêneos quanto ao desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo e dando-lhes tratamento uniforme, etc.

De qualquer forma, dos 20,9 milhões de matrículas do 1º grau, em dados observados em 1973, 9,2 milhões eram de alunos repetentes.

A distorção idade/série escolar é também uma anomalia do sistema. Segundo a organização do sistema de ensino brasileiro, uma criança com 7 anos de idade estaria na 1ª série, com 8 estaria na 2ª, e assim sucessivamente até chegar à 8ª série com 14 anos. Mas os dados observados indicam uma situação bastante diferente.

Apenas 11,77% dos alunos da 1ª série, em 1973, estavam com 7 anos e 85,55% tinham mais idade. Nessa mesma série, 4,54% dos alunos tinham mais de 14 anos. Apenas 3,05% concluíram o 1º grau na idade de 14 anos.

O quadro da página seguinte apresenta o número de alunos em cada série, em 1973, com a idade, em anos completos, o número total de alunos em cada série e a distribuição percentual pelas séries do 1º grau.

BRASIL - IDADE DOS ALUNOS DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU - ANOS COMPLETOS

Série	Total de alunos na série	% da série no total	Menos de 7	7	8	9	10	11	12	13	14	Mais de 14
Primeira	6.746.851	34,20	180.484	793.884	1.438.614	1.380.438	977.004	658.028	450.189	355.241	196.457	306.408
Segunda	3.329.759	16,88	3.734	38.226	263.297	615.101	702.633	550.521	403.263	315.861	188.738	248.385
Terceira	265.376	12,95		4.087	33.228	206.579	449.568	530.469	428.480	365.683	239.963	293.318
Quarta	2.109.674	10,70			3.216	25.649	163.113	377.110	447.528	411.519	301.573	379.966
Quinta	2.010.729	10,20				2.641	16.043	108.926	267.894	372.660	338.539	904.028
Sexta	1.281.321	6,50					1.159	8.792	55.914	172.944	225.888	806.624
Sétima	987.915	5,06						906	4.744	46.893	135.857	809.515
Oitava	688.892	3,50							681	1.389	21.055	666.787

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. "Relatório de Saída. Programa Nacional da Carta Escolar, SG, 1973." (dátilografado) In: SANTIAGO. Jurandir e MUNIZ, José Esio A. *Modelo de análise do sistema educacional sobre demanda, oferta e fluxo do efetivo escolar do 1º grau.* MEC/FUB, 1974, pág. 166.

A entrada tardia na escola é responsável por alguns problemas de grande repercussão sobre o sistema de ensino:

- a) uma variação ampla de idade na mesma série, com níveis de maturidade muito diversos;
- b) uma tendência maior à evasão escolar.

O primeiro problema coloca a exigência de diversidade de métodos e de técnicas de ensino sob risco de inadequação às diferentes idades do alunado, cujas idades variam desde menos de 7 até mais de 14 anos. Em relação ao segundo problema, quanto maior a idade do aluno mais útil e, portanto, mais requisitado ele pode ser para ajudar os pais, principalmente se mora na zona rural. Nas regiões agrícolas, desde poucos anos de idade, a criança já é considerada mão-de-obra importante, e, conseqüentemente, com mais facilidade ela se vê forçada a abandonar a escola para começar a trabalhar.

O abandono escolar é ainda mais grave do que os problemas apontados acima. As taxas médias de evasão nas coortes de 1955 a 1972, no Brasil, chama a atenção pela sua magnitude: 50,4% dos que iniciaram a 1ª série não se matricularam na 2ª no ano seguinte; 58,9% não se matricularam na 3ª; 67,5% na 4ª; 70,9% na 5ª; 80,1% na 6ª; 83,2% na 7ª e 84,9% não se matricularam na 8ª série, o que quer dizer que apenas 15,1% dos alunos da 1ª série alcançaram a última série na mesma coorte.

O abandono escolar alerta para problemas não apenas no processo, mas, igualmente, no produto do sistema educacional. Pelo fenômeno da cognição de retorno, a criança que não tiver mais do que 5 anos de estudo tem uma alta probabilidade de esquecer quase tudo o que aprendeu, se não o usar constantemente.

Fossem minimizados o abandono e a repetência, sobriariam 150% da capacidade instalada do 1º grau, em prédios e docentes.

Além disso, se a criança retorna à escola, ela o faz com mais idade, ocupando, numa série abaixo da que lhe corresponde, a vaga de uma criança que não se matricula.

O abandono, como se vê, alcança valores tão significativos que, quando for minimizado, o rendimento do sistema de ensino crescerá muito.

Deve-se considerar dois aspectos peculiares associados ao abandono:

- a) na zona rural inexistente a oferta das quatro últimas séries do 1º grau. Ou os alunos vão à cidade continuar os estudos, ou abandonam-no;
- b) 115 mil escolas do Brasil são de um só professor. Se é verdade que existem escolas em que um único professor ensina para quatro séries diferentes na mesma e única sala, pode-se supor também que muitas dessas escolas ofereçam tão-somente a 1ª série, o que explica, em parte, o congestionamento de matrículas, permitindo admitir-se que, de um lado, o abandono é

forçado pelo próprio sistema, e, de outro, a repetência nessa série está superestimada. Não existem avaliações de ordem qualitativa sobre o sistema de ensino. Os dados disponíveis, mesmo os que se referem a diplomados, são demonstrações quantitativas, mas nada dizem sobre a qualidade dos indivíduos que concluíram cada uma das séries ou o ensino de 1º grau.

Dentro de alguns anos se poderá avaliar o grau de sucesso das ações empreendidas nessa década pela melhoria do ensino de 1º grau. A decisão de dar educação pré-escolar às crianças das zonas mais carentes econômica e culturalmente terá exercido, com certeza, um papel de destaque nesse esforço de melhoria da qualidade e da efetividade do ensino de 1º grau.

Até o presente, no Brasil, têm-se buscado as razões dos baixos índices de produtividade do sistema educacional dentro do próprio processo: o nível de qualificação dos recursos humanos, o tipo de material didático, as condições físicas da escola, os métodos de ensino, etc. Começa-se agora a focalizar variáveis anteriores ao processo: a criança antes e no momento de entrada na escola e os fatores que a afetam. Na medida em que são apontados problemas de subnutrição, das doenças e da marginalização cultural das crianças, começa-se a desenvolver grande interesse em atacar os problemas de ensino de 1º grau naquelas condições que podem ser a sua origem. E, por isso, a educação pré-escolar para essas crianças carentes está sendo vista nos vários níveis da administração educacional - federal, estadual e municipal como um imperativo da maior urgência.

Partindo do conceito de "currículo oculto", que está subjacente ao mundo das experiências da criança, admite-se que aquelas que vêm de ambientes sócio-culturais e econômicos mais elevados tenham um *background* cultural muito superior ao das crianças provenientes dos ambientes pobres. Nestas, o número de conceitos formados é menor ou mais deficiente, a linguagem é mais restrita, as estruturas cognitivas e afetivas estão defasadas de dois anos em relação à idade. Acredita-se, com base em pesquisas nacionais e de outros países, que a educação pré-escolar, apropriada para as crianças de ambientes pobres, poderá permitir-lhes que recuperem grande parte do atraso de que são sujeito e vítima.

Os educadores estão certos de que o desempenho dessas crianças na escola de 1º grau será muito superior ao atual, após receberem uma educação pré-escolar que lhes tenha oferecido, concomitantemente, assistência nutricional, de saúde e estímulo ao seu desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo e que se preocupe também com a educação e a assistência familiar.

A maioria dos administradores educacionais no Brasil acredita também que para melhorar, significativamente, o fluxo interséries do 1º grau e limitar consideravelmente o abandono escolar é preciso

iniciar a educação pré-escolar para as crianças de 4 a 6 anos de ambientes sócio-economicamente carentes e estender progressivamente essa assistência a níveis de idade anteriores aos quatro anos.



Roberto — 6
anos

II Parte

Atendimento pré-escolar no Brasil

I - ORGANISMOS E SUA ATUAÇÃO

1. órgãos públicos

Os órgãos públicos, que têm a responsabilidade de zelar pela criança pré-escolar, pertencem aos setores de Educação e Cultura, da Saúde e da Previdência e Assistência Social. Obviamente, a cada um compete um aspecto específico, geralmente indicado pela sua própria designação. No entanto, na prática, tem-se verificado certa superposição de programas de ação por falta de planejamento integrado e por não ser a educação pré-escolar um programa prioritário na política nacional de desenvolvimento. No momento, porém, está-se criando um clima favorável a uma ação conjunta e integrada entre várias instituições, havendo, entre elas, entendimentos bem encaminhados nesse sentido.

O quadro seguinte dá uma visão geral dos principais organismos da esfera pública que atuam no âmbito federal, estadual e municipal, em relação ao pré-escolar.

1.1. *De âmbito federal*

Os Ministérios (e seus Departamentos ou Secretarias, Institutos ou Fundações) não são, em geral, órgãos de execução direta. Agem usualmente como organismos de coordenação, de assistência técnica e de apoio financeiro aos organismos similares de nível estadual. Exceção feita para os Territórios, onde os Ministérios atuam diretamente.

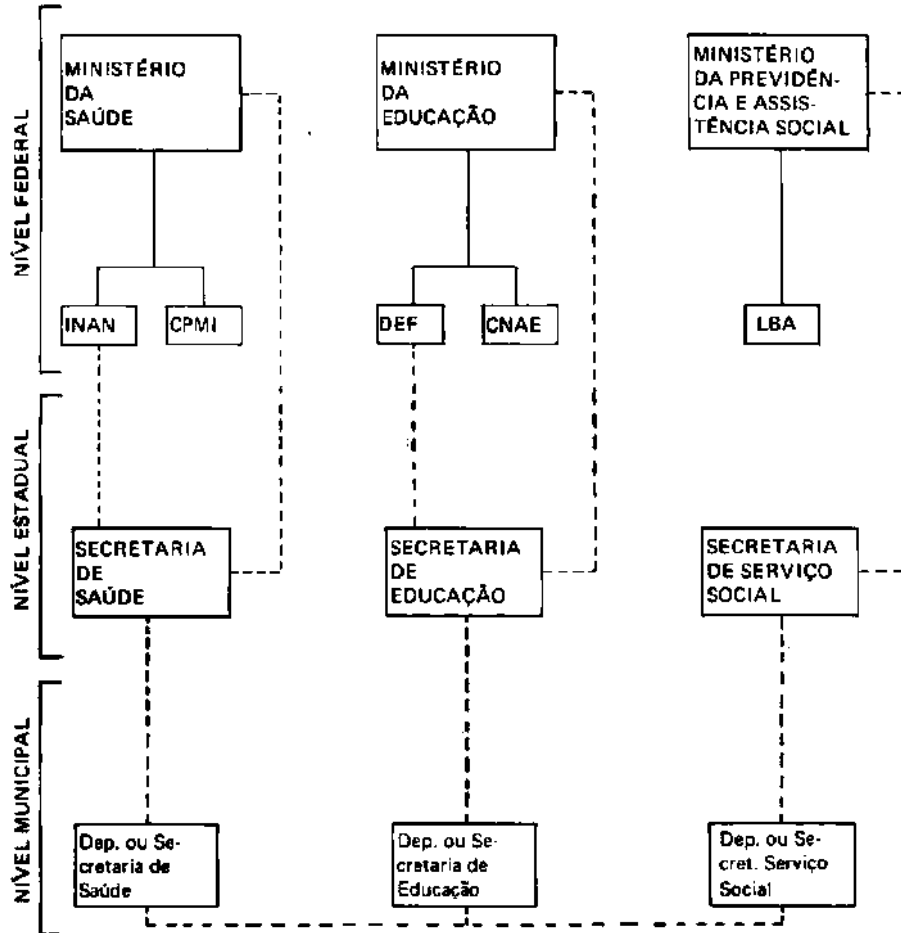
Destacam-se a seguir aspectos de atuação dos vários Ministérios no que concerne ao pré-escolar.

1.1.1. - *O Ministério da Educação e Cultura*, através de seu *Departamento de Ensino Fundamental* (DEF), faz convênios com as Secretarias de Educação das unidades federadas, de cooperação financeira e assistência técnica para suporte aos projetos prioritários do Plano Setorial de Educação e Cultura, referentes ao ensino de 1º grau.

Em princípios do corrente ano, o DEF/MEC iniciou estudos e contatos com outras agências para desenvolvimento de um plano de educação pré-escolar. Criou, para isso, uma Coordenação de Educação Pré-Escolar (CODEPRE). Os técnicos dessa Coordenação visitaram quase todos os Estados, colhendo dados referentes à matrícula e necessidades de atendimento ao pré-escolar. Foram, desse modo, levantadas informações sobre o nível sócio-econômico das crianças matriculadas, quantidade e habilitação do corpo

docente, localização, estado e funcionamento dos prédios, currículo e materiais didáticos, equipes de orientação ou supervisão existentes, e ainda, informações sobre a coordenação e planejamento e os recursos financeiros. O DEF articulou-se também com os diversos organismos dos Ministérios que desenvolvem atividades para assistir crianças menores de sete anos.

**ORGANISMOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS
COM ATIVIDADES VOLTADAS PARA PRÉ-ESCOLARES**



Estabeleceu contatos com pessoas de larga experiência em vários Estados no campo da educação, saúde e nutrição do pré-escolar. Realizou dois seminários de planejamento, com técnicos dos outros Ministérios (Saúde e Previdência e

Assistência Social) e de instituições privadas, em que foram definidos princípios gerais para o programa, prioridades e requisitos mínimos em termos de recursos humanos, materiais didáticos, instalações físicas e currículo de educação, saúde e nutrição do pré-escolar. Promoveu um seminário com o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), a Fundação Centro-Brasileira de TV Educativa (FCBTVE), do MEC, e a Fundação Padre Anchieta de TV Educativa, do Governo do Estado de São Paulo, para definir princípios e normas para uso da TV na educação pré-escolar. Em decorrência, será elaborado, no próximo ano, um projeto para a produção de uma série de programas que visem à conscientização da comunidade sobre a importância da educação pré-escolar e os cuidados familiares que podem ser dispensados à criança. A produção poderá ser, sob a coordenação do PRONTEL, uma realização conjunta FCBTVE/Fundação Padre Anchieta.

Ainda em relação à TVE, foram mantidos contatos com a área privada, visando produzir uma série de aproximadamente 300 programas de educação pré-escolar e escolar, voltados de modo especial para a criança de 6 e 7 anos. A série chama-se "O sítio do pica-pau amarelo" e está baseada nos personagens da literatura infantil do escritor brasileiro Monteiro Lobato. Trata-se de uma co-produção da Rede Globo de Televisão e da Fundação Centro-Brasileira de TV Educativa. O convênio entre as duas empresas dispõe que a TVE terá todos os direitos de reprodução e divulgação da série pelas emissoras de televisão educativa em todo o território nacional. O DEF participará da elaboração do currículo e do acompanhamento pedagógico na fase de realização dos programas. Também detalhará um projeto para garantir a recepção organizada do programa nos Estados. O detalhamento envolve a previsão de locais, pessoal docente, materiais didáticos auxiliares ou de apoio, alimentação às crianças, cuidados sanitários, etc.

Em junho do corrente ano, houve o I Encontro Nacional de Coordenadores de Educação Pré-Escolar, da CODEPRE/DEF e das Secretarias de Educação dos Estados, Territórios e Distrito Federal, com o propósito de debater os princípios gerais do programa nacional de educação pré-escolar que se pretende implantar, e de estabelecer as bases para o planejamento em cada unidade da Federação.

O Departamento de Ensino Fundamental preparou também um estudo preliminar com estimativa de custos para a expansão da rede física de centros de educação pré-escolar. Essa expansão, prevista através de construções, é uma ação complementar ao aproveitamento de espaços físicos e horários ociosos ou subutilizados nos estabelecimentos

pré-escolares de 1º grau e da comunidade, o que já vem ocorrendo ou sendo estimulado. O referido estudo foi feito com a assistência técnica do CONESCAL (Consejo para Construcciones Escolares para América Latina y la Región del Caribe).

Em conseqüência do trabalho que vem sendo desenvolvido no MEC, observa-se uma disposição favorável em todas as unidades da Federação para a promoção da educação pré-escolar, quando não já iniciativas concretas, como ocorre principalmente em Brasília, São Paulo e em Belo Horizonte, que serão referidas mais adiante.

Outro órgão do Ministério da Educação e Cultura que estende sua ação ao pré-escolar é a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), que serve alimentos para os escolares de 1º e 2º graus e para os pré-escolares da rede oficial de ensino, na maioria dos casos. A CNAE distribuiu alimentação para mais de onze milhões de estudantes em 1974, e sua previsão para os próximos anos é a seguinte:

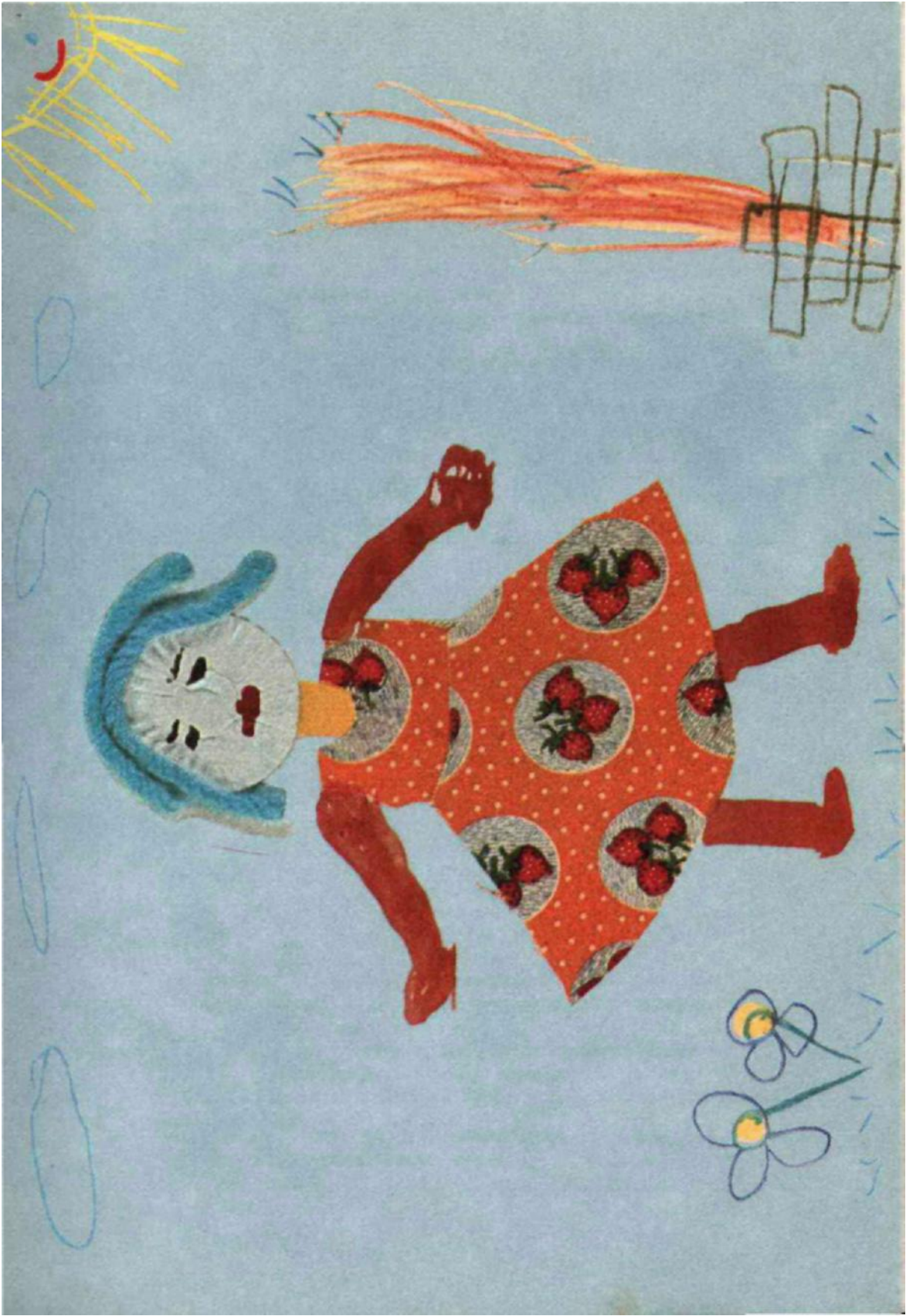
ANO	1º grau 7-14 anos	Jardim de infância	Pré-escolares de 6 anos (irmãos dos escolares)
1975	11.400.000	15.000	500.000
1976	12.900.000	19.500	600.000
1977	14.600.000	25.500	800.000
1978	16.400.000	33.000	1.100.000
1979	18.400.000	43.000	1.500.000

FONTE: Projeto de educação nutricional e assistência alimentar. CNAE/MEC.

A merenda distribuída aos escolares e pré-escolares representa uma suplementação alimentar capaz de atender a 15% das necessidades diárias quanto aos principais nutrientes, não pretendendo substituir qualquer das refeições habitualmente consumidas no lar. Frequentemente, no entanto, ela se constitui na principal refeição da criança.

Em 1974, o período de atendimento pela CNAE na zona urbana era de 180 dias, e na zona rural, de 120 dias. Até 1979, as metas são de atender 200 dias/ano na zona urbana, e 180 dias/ano na zona rural.

1.1.2 - No Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) é o órgão da administração



federal encarregado das seguintes atividades básicas:

- a) assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição;
- b) elaborar, executar e avaliar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN);
- c) funcionar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição;
- d) estimular pesquisas no campo da nutrição e alimentação;
- e) elaborar programas de assistência alimentar supletiva destinados a atender, prioritariamente, a gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares de famílias de baixa renda, escolares matriculados em estabelecimentos oficiais de ensino de 1º grau, bem como programas de educação alimentar, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Saúde e dos órgãos interessados do Ministério da Saúde.

É um órgão normativo e de planejamento, que exerce suas atividades através da colaboração das Secretarias de Saúde estaduais e outros órgãos públicos e privados, de reconhecida utilidade pública. O INAN concentra sua atuação prioritariamente no grupo - gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares — mais sensível e vulnerável às carências alimentares.

Encontra-se em fase final de aprovação pelo Governo Federal o PLANAN, cujas metas são:

- a) suplementação alimentar a gestantes, nutrízes e crianças de 0 a 6 anos, a escolares de 7 a 14 anos e a trabalhadores;
- b) racionalização do sistema de produção de alimentos, com ênfase no estímulo ao pequeno produtor;
- c) combate a carências nutricionais específicas; desenvolvimento de tecnologia de alimentos de baixo custo e elevado valor nutricional; estudos e pesquisas em alimentação e nutrição; capacitação de recursos humanos; implantação e implementação da rede de postos distribuidores de alimentos.

Os grupos a serem atendidos são aqueles cuja renda familiar mensal é de até dois salários mínimos, nas zonas rural e urbana.

O PLANAN é um plano a ser executado pelos Ministérios da Saúde (INAN), Previdência e Assistência Social, Educação e Cultura (CNAE), Trabalho e Agricultura, sob a coordenação do INAN.

O número de crianças de 0 a 6 anos a serem atendidas em 1976 é de 1.067.122, na zona urbana, e de 916.201, na zona rural, equivalendo a 20% e 10%, respectivamente/do

total. Para os anos seguintes são previstas as seguintes porcentagens: 25, 35 e 60, na zona urbana, e 12, 16 e 20, na zona rural.

Independentemente do PLANAN, o INAN vem desenvolvendo sua programação normal, através de convênios.

Neste ano, o INAN assinou convênios com as Secretarias de Saúde dos seguintes Estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Distrito Federal para atender nutricionalmente a gestantes, nutrizes e pré-escolares. Esses convênios entraram em execução no ano de 1975, sendo renovados, automaticamente, em 1976, até 1979. Os convênios se referem ao programa de Nutrição em Saúde, do INAN.

Além do convênio com a Secretaria de Saúde, no Distrito Federal, o INAN conviniu com a Secretaria de Educação, para o atendimento nutricional das crianças pré-escolares assistidas pelo Projeto Guri (crianças de 6 anos de idade, de baixas condições econômicas, das cidades-satélites). Há um convênio também com a Secretaria de Educação de São Paulo, para avaliação e ampliação do trabalho dos Centros de Educação e Alimentação Pré-escolar (CEAPE).

Estão em estudo novos convênios com Estados do Norte, Sudeste e Sul do País.

O INAN se prontificou a colaborar com programas de educação pré-escolar de crianças economicamente carentes, podendo prestar toda assistência nutricional, através dos mecanismos de sua atuação, à clientela atendida pelo sistema educacional.

Um Programa Nacional de Educação Pré-Escolar poderá contar com as ações concorrentes de alimentação da CNAE e do INAN. Esses dois organismos governamentais podem assumir a responsabilidade técnica e financeira pelos aspectos nutricionais, enquanto a educação pode ficar a cargo do sistema de ensino.

Constitui preocupação do INAN uma ação coordenada e multissetorial, em que se conjuguem as forças dos diversos organismos setoriais (de educação, saúde, nutrição, agricultura, assistência social), sem duplicações e sem divergências de orientação.

— *A Coordenação de Proteção Materno-infantil (CPMI), do Ministério da Saúde, vem implementando o Programa de Saúde Materno-infantil, cujo objetivo central é reduzir a morbimortalidade materna e da infância. O programa é executado pelas Secretarias de Saúde, com o apoio financeiro e a assistência técnica da CPMI.*

É previsto um amplo atendimento, até 1979:

- a) atingir a cobertura de 50% da população de gestantes;

- b) atingir a cobertura de 50% na assistência técnica ao parto;
- c) atingir a cobertura de 20% na assistência ao puerpério;
- d) atingir as seguintes coberturas em relação a assistência infantil:
 - menores de 1 ano: 60%;
 - crianças de 1 a 4 anos: 50%;
- e) controle de saúde do grupo etário de 5 a 19 anos.

Para atingir essas metas, a CPMI considera essencial a participação da comunidade e a adoção de ações educativas e sociais, no programa médico-sanitário.

Nos serviços de atendimento materno-infantil, a CPMI considera que a educação para a saúde é essencial e deve ser desenvolvida intensivamente nas diferentes fases do programa. O programa insiste que todo pessoal de saúde deve realizar suas tarefas como educadores, seja ele médico, enfermeiro, obstetritz, dentista, nutricionista, seja auxiliar.

1.1.3 - A *Fundação Legião Brasileira de Assistência* (LBA), do *Ministério da Previdência e Assistência Social*, tem a finalidade básica de proteção à maternidade e à infância carentes de recursos. Essa proteção é dada através de atividades de serviço social (assistência promocional à família, ao pré-escolar e ao escolar), através de assistência médica às famílias não vinculadas à Previdência Social, através da educação para o trabalho (cursos, estágios de iniciação profissional) e, finalmente, através de serviços jurídicos prestados às famílias.

Em cada unidade da Federação, a LBA possui uma diretoria, com divisões equivalentes aos Departamentos Nacionais.

A LBA desenvolve ação direta e indireta. A ação direta se dá em obras e serviços próprios, nas unidades federadas, localizadas em áreas sócio-economicamente carentes. Possui Centros Regionais, Centros Sociais, Agências de Serviço Social, integrados ou não aos Centros, Núcleos de Educação para o trabalho, maternidades e hospitais infantis.

A execução indireta é prestada através de celebração de convênios de assistência técnica e cooperação financeira com entidades alheias, governamentais ou não, confessionais ou aconfessionais.

Em 1974, através dos convênios de mútua cooperação, foram beneficiadas 37.332 crianças. Nas obras de atendimento direto (105 agências de serviço social, 5 casas da criança e 2 educandários) foram beneficiadas 15.756 crianças.

A LBA se preocupa com a criança carente, no seu contexto biopsicossocial. Em relação ao pré-escolar que

apresenta sinais de subnutrição procura proporcionar a possibilidade de recuperação pela alimentação, de maneira simples e exequível economicamente. O envolvimento da família e da comunidade é considerado fundamental no trabalho educativo da criança.

Recentemente, a LBA lançou um Projeto de Unidades de Reeducação Alimentar para o Pré-Escolar (URAPE) ligadas ao Departamento de Serviço Social. As URAPes têm os seguintes objetivos", educação ou reeducação das mães ou responsáveis por menores em idade pré-escolar e em estado de subnutrição, visando transmitir-lhes hábitos alimentares sadios, ensino sobre o preparo e consumo de alimentos e a prestação de assistência alimentar adequada às crianças subnutridas de 2 a 6 anos de idade, até sua reabilitação. A reabilitação se dá, em média, após 3 meses de atendimento. Prevê-se assistência à família, mesmo após a recuperação da criança.

Em cada obra ou serviço próprio da LBA, prevê-se a construção de um centro de treinamento para capacitar servidores técnicos (assistentes sociais, recreadores, professores especialistas, nutricionistas, enfermeiras, etc). Os centros de treinamento também treinarão pessoal para as URAPes que funcionam em obras sociais convenientes.

Ligadas ao Departamento de Medicina, existem 104 Unidades de Proteção ao Pré-Escolar, com objetivos específicos de recuperação alimentar e da saúde infantil.

— A *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor* (FUNABEM), também pertencente ao *Ministério da Previdência e Assistência Social*, tem atuado em favor da criança pré-escolar e do escolar até aos 18 anos de idade. Sua clientela principal são as crianças abandonadas. A FUNABEM tem convênios com alguns Estados, para construção, equipamento e manutenção de unidades educacionais para crianças de 0 a 6 anos. Atualmente, está restringindo sua área de atuação para a faixa etária de 7 a 18 anos, ficando a LBA, no mesmo Ministério, com a faixa anterior, ou seja, de 0 a 6 anos.

1.1.4— Ainda na esfera pública federal deve ser mencionado o esforço das *universidades federais*. Diversas universidades, através de seus Departamentos de Saúde, de Nutrição ou Faculdades de Saúde Pública, realizam pesquisas sobre nutrição de pré-escolares em regiões pobres e mantêm atividades de nutrição da clientela mais carente.

As iniciativas principais são:

- a) Centros de Educação e Recuperação Nutricional (CERN), criados pelo Dr. Nelson Chaves, da Universidade Federal de Pernambuco. Visam à

recuperação das crianças menores de 7 anos, no segundo e terceiro graus de desnutrição. As crianças permanecem no Centro oito horas por dia, pelo tempo necessário à sua recuperação, que vai, normalmente, de 4 a 6 meses. Os cuidados alimentares são supervisionados por nutricionistas e coordenados por médicos-nutrólogos. Os cuidados de saúde são acompanhados por médicos e estagiários de medicina.

Cabe ressaltar a participação das mães e de outras pessoas da comunidade na preparação de alimentos e nos demais serviços do Centro.

Para instalação de um CERN, procura-se utilizar, mediante adaptação, locais disponíveis e oferecidos pela própria comunidade.

A princípio, os CERNs visavam apenas à nutrição e à saúde da criança, sem preocupação pelo componente educacional. Atualmente, quase todos os centros têm atividades educativas e oferecem estímulos ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo da criança sob a orientação de pessoas especializadas.

Os CERNs foram fundados em Pernambuco, mas, neste ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Faculdade de Saúde Pública e de seu Departamento de Nutrição, também está promovendo iniciativa idêntica. Fundou dois CERNs sob a orientação do Dr. Nelson Chaves, em favelas da Ilha do Governador.

Essas experiências são de limitado alcance quantitativo. Cumprem uma finalidade importante no campo da pesquisa, mas como ação de recuperação nutricional de pré-escolares carentes atingem uma parcela muito pequena da população. Um CERN tem em média 15 crianças. Embora seja mais barato ao poder público manter um Centro de Recuperação Nutricional do que atender às crianças no hospital quando em estado de desnutrição, a iniciativa do CERN não alcançou até agora a aceitação necessária que lhe permitisse uma expansão significativa. O envolvimento das mães no trabalho educativo e nutricional do CERN visa, entre outros objetivos, evitar que a criança recaia no estado de desnutrição, após deixar o Centro. As mães fazem um curso de higiene, saúde e alimentação infantil.

b) O Laboratório de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília, realiza um

trabalho de nutrição pré-escolar, na cidade de Sobradinho, promovido e coordenado pelo professor Dr. João Bosco Salomon: o CIAMI — Centro Integrado de Atendimento Materno-infantil. Praticamente toda a população pré-escolar dessa cidade é atendida pelo programa, e, segundo a avaliação cientificamente feita, com um rigoroso e minucioso controle, houve a erradicação total da desnutrição pré-escolar em Sobradinho. Como as recaídas das crianças, nesse caso, se deviam ao fato de as famílias não terem condições de alimentá-las quando o programa as considerava recuperadas, o Dr. João Bosco passou a fazer um trabalho de assistência às famílias das crianças que foram atendidas pelo CIAMI. As crianças permanecem 8 horas no CIAMI. As atividades são controladas por nutricionistas e estagiários de nutrição, medicina, odontologia e serviço social. Todos os dias há mães de crianças participando dos trabalhos de preparação e serviço das refeições, limpeza e outras atividades. Há um grupo de funcionários responsável pela parte administrativa do CIAMI.

- c) Em São Paulo, o Dr. Yaro Ribeiro Gandra vem, desde 1971, realizando um trabalho original, que se tornou já conhecido em diversos países. Através do Instituto de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, o Dr. Gandra criou os Centros de Educação e Alimentação Pré-Escolar (CEAPE) para dar alimentação e recreação para as crianças pré-escolares cujos irmãos estejam matriculados na escola de 1º grau. Os pré-escolares são trazidos à escola por seus irmãos escolares e aí permanecem 3 horas diárias, recebendo a alimentação, que é preparada nas instalações existentes nas escolas, pelas pessoas já contratadas para os serviços de merenda escolar do ensino de 1º grau e pelas mães. A alimentação é supervisionada por um nutricionista. O convite à matrícula é enviado aos pais, através dos alunos. As mães, ao matricularem seus filhos no programa, assumem um compromisso de fazer um curso (10 horas), na escola, sobre nutrição, higiene e educação pré-escolar, e de participar dos trabalhos do CEAPE, ajudando na preparação das refeições e no cuidado das crianças nas atividades recreativas. Na maioria dos casos, cabe uma média de 5 dias por mês para cada grupo de mães, pelo sistema de rodízio. Há sempre uma professora de 1º grau especialmente



Luciana - 5 anos

treinada (curso de 20 horas) supervisionando o trabalho das mães. Frequentemente, alunos das últimas séries do 1º grau se oferecem para cuidar das crianças no recreio.

No início deste ano havia 20 prefeituras do Estado de São Paulo desenvolvendo o programa através de convênio com a Faculdade de Saúde Pública, alcançando-se um total de 30 CEAPes e 1.400 crianças. O Dr. Yaro Gandra estava restringindo a expansão do programa, ultimamente, até obter os dados finais da avaliação que vem fazendo desde o início, nos aspectos de peso e altura em relação à idade e à nutrição.

O fornecimento da alimentação é feito através de convênio, pela CNAE e pelas prefeituras. O projeto CEAPE, aprovado neste ano, mediante recursos do INAN e financiamento externo, objetiva realizar a avaliação do atendimento às crianças e ampliar o número de matrículas, bem como aumentar o valor calórico-proteico da alimentação servida às crianças.

Os CEAPes parecem ser uma das formas mais viáveis, a curto prazo, para o atendimento pré-escolar no Brasil pela sua fácil reprodutividade: o aproveitamento de espaços e instalações existentes na rede de ensino de 1º grau, a condução da criança ao centro pré-escolar pelo irmão maior, que frequenta a escola, e a participação das mães das crianças. Tratar-se-ia de enriquecer o atendimento de alimentação e recreação com atividades educativas para o desenvolvimento cognitivo e psicomotor das crianças.

Uma ação complementar do CERN com o CEAPE parece ser possível e útil. O primeiro tomaria a criança em estado de desnutrição sério (2º e 3º graus) - seria, inclusive, uma forma bem mais econômica que a hospitalização - e o CEAPE atenderia as crianças em estado de subnutrição e de desnutrição de 1º grau. A criança egressa de um CERN seria matriculada num CEAPE, até seu ingresso na escola regular. Enquanto o CERN realiza uma ação educativa e curativa, o CEAPE realiza uma ação educativa e preventiva.

Tanto o CEAPE quanto o CIAMI e o CERN mostram o papel que a universidade pode desempenhar no atendimento ao pré-escolar no Brasil. Mesmo que tenham apenas caráter de pesquisa, as iniciativas das universidades repercutem positivamente nos locais

em que são implantadas, e podem ser ampliadas com o apoio de outros organismos locais.

1.2. De âmbito estadual

1.2.1. Setor educação

As secretarias são os órgãos executivos das ações de governo em cada unidade federada. A cabeça do sistema de ensino, nos Estados, Distrito Federal e Territórios, é a Secretaria de Educação. Ela dispõe de uma rede de ensino de 1º e 2º graus e supletivo e, em alguns casos, de ensino superior. A educação pré-escolar em geral está agregada ao Subsistema de ensino de 1º grau.

As Secretarias de Educação das unidades federadas promovem, geralmente em pequena escala, a educação pré-escolar. A obrigatoriedade de oferta gratuita do ensino de 1º grau de 8 séries a toda a população de 7 a 14 anos de idade canaliza os recursos humanos e financeiros para esse grau de ensino, ficando a educação pré-escolar em um plano inferior ao 1º e 2º graus e supletivo. Quando o Estado mantém instituições de ensino superior, a educação pré-escolar fica em quinto plano.

A participação dos Estados e Distrito Federal representa atualmente 32,8% de todo o atendimento pré-escolar do País, como se vê no quadro da página seguinte.

O atendimento pré-escolar "estadual" inclui a educação pré-escolar oferecida pelas Secretarias de Educação, bem como, em escala menor, por outros órgãos públicos, de âmbito estadual, como os de Serviço Social, os da Legião Brasileira de Assistência, etc.

Em que pese algumas iniciativas inovadoras que procuram aproveitar locais e horários ociosos ou subutilizados, material didático simples e recursos humanos da própria comunidade, o atendimento pré-escolar das Secretarias de Educação em geral ainda se caracteriza por uma certa rigidez e formalismo na estrutura, nos métodos e nos processos de educação.

A educação pré-escolar é feita, normalmente, a partir de 2 anos de idade da criança, até aos 6 anos e 11 meses, quando ela ingressa na escola de 1º grau. No entanto, há atendimento também, embora em menor escala, antes de 2 anos. Há as seguintes instituições: as creches atendem crianças de 0 a 2 anos; as escolas maternas atendem de 2 a 4 anos, e os jardins de infância, de 4 a 6 anos.

A essas instituições, principalmente aos jardins de infância, tem sido feita, algumas vezes, a crítica de

oferecerem educação de caráter elitista. Elas se localizam, em geral, no centro da cidade ou nos bairros de renda alta e média alta. Em parte, isso se deve ao crescimento das cidades e à absorção, pelas pessoas de mais alta renda, dos terrenos residenciais mais centrais e, conseqüentemente, o afastamento das de menores recursos financeiros para as áreas periféricas. Em parte, também se deve ao fato de a demanda manifesta de educação pré-escolar ter sido, desde o início, principalmente originária da classe média e média alta, que compreendia a importância de um atendimento mais completo do que aquele que a família poderia dar.

Os jardins de infância dos sistemas de ensino, com algumas exceções, acentuam o componente educacional do currículo, sendo a alimentação um serviço complementar não prioritário, da mesma forma que o atendimento sanitário, quase sempre ausente, o que se compreende pelo nível sócio-econômico da clientela atendida.

**MATRICULAS DE PRÉ-ESCOLARES - EM 30/ABRIL/1973-SEGUNDO
A ESFERA ADMINISTRATIVA E IDADE - B R A S I L -**

Esfera Administrativa	I D A D E						
	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total	%
Federal	11	116	428	1.073	1.376	3.004	0,7
Estadual	297	1.647	17.633	52.046	92.396	164.019	32,8
Municipal	299	5.899	22.993	36.304	46.349	111.844	22,4
Particular	6.891	21.742	52.448	73.633	65.426	220.140	44,1
T O T A L	7.498	29.404	93.502	163.056	205.547	499.007	100,0

FONTE: SEEC/MEC.

A partir de 1972, quando a Lei nº 5.692/71 entrou em vigor, os sistemas de ensino, no afã de oferecer maiores oportunidades educacionais de 1º grau, diminuíram o atendimento pré-escolar. Entre 1972 e 1973, o número de matrículas baixou em 11,73%. Aparentemente, a tendência seria, segundo técnicos das Secretarias de Educação, cair ainda mais nos próximos anos. No entanto, a situação parece ter mudado sensivelmente no corrente ano, em grande parte devido à decisão do Ministério da Educação e Cultura de apoiar e incentivar o desenvolvimento da educação pré-escolar. As ações que o MEC vem empreendendo nesse campo, principalmente na definição de princípios e prioridades e na orientação técnica que vem dando aos

sistemas de ensino, vêm provocando sensível mudança no panorama da educação pré-escolar no País.

Em primeiro lugar, despertou-se em todas as unidades da Federação grande interesse em promover esse tipo de educação. Diversas unidades federadas já iniciaram trabalhos concretos ou vêm organizando um grupo de especialistas para planejar e coordenar atividades de educação pré-escolar. Os sistemas de ensino estão interessados em descobrir formas de ampliar expressivamente as matrículas, particularmente oferecendo oportunidades às crianças carentes.

A preocupação com o atendimento que integre educação, cuidados sanitários e alimentares já faz parte de todas as iniciativas, a partir do início do corrente ano. A orientação dos programas no sentido de atender prioritariamente as crianças economicamente desfavorecidas é outra diretriz básica. O aproveitamento de recursos existentes, seja de pessoal, seja de instalações, também é considerado, por todas as unidades federadas, como essencial. O envolvimento das famílias e das comunidades cujas crianças serão atendidas, está, da mesma forma, recebendo o maior cuidado.

Em decorrência disso, pode-se vislumbrar uma perspectiva promissora para a educação pré-escolar no País, dentro dos próximos anos, na medida em que as ações desenvolvidas pelas unidades federadas receberem o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, como suplementação a seus próprios recursos.

Citam-se, a seguir, apenas algumas realizações de educação pré-escolar em algumas unidades da Federação como exemplo do que se vem fazendo de novo.

Distrito Federal — Semelhante à experiência dos CEAPes, de São Paulo, a Secretaria de Educação do Distrito Federal está atendendo a crianças pré-escolares carentes, de cidades-satélites, no horário intermediário (11:30 às 14:30 horas) dos turnos das escolas do 1º grau, aproveitando o espaço que, nesse período, estava ocioso. Estão sendo atendidas 6.150 crianças. Elas recebem almoço e realizam atividades variadas nas salas de aula. Em duas cidades as atividades são precedidas pela assistência a um programa de educação pré-escolar pela televisão (Vila Sésamo). Após o programa, as atividades são desenvolvidas conforme indicações do "Manual do professor". Nas demais cidades, em vez do programa de televisão, apresentam-se outros meios didáticos às crianças. A experiência começou em abril do corrente ano e já tem demonstrado efeitos positivos e animadores, segundo uma avaliação feita pela equipe técnica da Secretaria de Educação.

Há perspectiva de se ampliar esse atendimento para 10.000 a partir do próximo ano.

As mães e os alunos da 7^o e 8^o séries participam da preparação e distribuição do almoço e do lanche e das atividades recreativas. As professoras do 1^o grau, especialmente treinadas, coordenam as atividades de desenvolvimento cognitivo.

Os alimentos são fornecidos pelo INAN, através de convênio.

Piauí — No Piauí conseguiu-se, para a educação pré-escolar, a integração de três Secretarias Estaduais: Educação, Trabalho e Promoção Social e Saúde. São os Centros Materno-Infantis, que oferecem condições de trabalho às lavadeiras das zonas mais pobres de Teresina e Parnaíba, e educação, alimentação e cuidados de saúde a seus filhos pré-escolares, entre 0 e 6 anos, além de atividades de reforço e recuperação aos alunos da escola de 1^o grau, e artesanato a adolescentes dessas famílias. A coordenação dos Centros Materno-Infantis é da Secretaria do Trabalho e Promoção Social, que ainda fornece os assistentes sociais para a obra; a Secretaria de Educação fornece o pessoal docente e a de Saúde, o atendimento médico e alimentar.

Através de um sistema de rodízio na ocupação dos espaços (salas de atividades, áreas cobertas, pátios ao ar livre) duplicou-se, nesse ano, o número de matrículas, atingindo-se a um total de 3.000.

Os Centros Materno-Infantis referidos acima são uma experiência original de integração de organismos públicos estaduais na educação pré-escolar. Além dos Centros Materno-Infantis, a Secretaria do Trabalho e Promoção Social mantém os Centros Sociais, para aproximadamente 2.000 crianças de 4 a 6 anos.

Algumas unidades da Federação já selecionaram locais de maior carência econômica, onde problemas maiores afetam os pré-escolares, para sede de novos centros de atendimento pré-escolar (quadro da página seguinte). Algumas estão fazendo levantamento de locais disponíveis que podem ser usados para a educação pré-escolar e iniciando um planejamento integrado das Secretarias de Educação, Saúde e Serviço Social.

**LOCAIS MAIS CARENTES INDICADOS PELAS SECRETARIAS DE
EDUCAÇÃO, COMO PRIORIDADES PARA IMPLANTAÇÃO DE PRO-
GRAMAS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

PB	Ainda não foi feita a escolha.
MG	Área metropolitana — periferia e municípios vizinhos. Caract.: Concentração de população de baixo nível sócio-econômico e cultural.
PA	Zona Bragantina, Salgado, Tocantins e Baixo Amazonas. Caract.: 90% de crianças em idade pré-escolar. Esp. físico: unidades escolares, igrejas, clubes, etc.
PR	Jardim Urano - 13.034; Sta. Quitéria - 19.553; Uberaba - 17.518 ; Jardim Ipiranga (Cohab) - 20.498.
PI	Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos, Campo Maior. Caract.: cidades de sedes regionais onde as necessidades são maiores, muito embora todas as demais sejam carentes.
RJ	Favelas, conjuntos habitacionais, colônias de pescadores, etc. da área metropolitana. Caract.: são zonas com alta densidade de população, com rede de esgoto precária, fornecimento deficiente de energia elétrica, poucos prédios de alvenaria.
RN	Natal: Bairros: Aparecida, Santos Reis, Quintas, Bom Pastor, Cidade da Esperança, Dix-Sept-Rosado, Nova Descoberta.
RR	-
RS	-
SP	-
SE	Santos Dumont, América e Palestina.
AC	Cidade Nova, Aeroporto, Estação Experimental, Cadeia Velha. Caract.: carentes de recursos financeiros, educacionais e sanitários. Esp. físico: salas de estabelecimentos públicos, particulares e outros.
AL	-

ES	Jucutuquara, Maruípe, Jardim América, Itanguá. Caract.: são todas zonas urbanas de diferentes níveis sócio-econômico-culturais, guardando, no entanto, cada uma delas relativa homogeneidade entre seus habitantes no nível que lhes é característico.
GO	Bairros de maior concentração operária. Caract.: bairros que não possuem quaisquer recursos, tais como posto de puericultura, escola ou centros comunitários.
CE	Conjunto José Walter, Bairro Pan-Americano, Cidade 2.000, Monte Castelo, Parangaba, Nova Assunção, Mecejana e Parquelândia. Caract.: inexistência de escolas que mantenham atendimento ao pré-escolar.
BA	-
AP	Locais da cidade de Macapá: Fazendinha, Santana. Caract.: população suburbana em maior densidade na faixa infantil. Esp. físico: área abundante disponível para construir.
MA	Caxias, Codó, Bacabal, Pinheiro, Pedreiras, Imperatriz, Carolina, Balsas. Caract.: são as cidades que atualmente mais se desenvolvem. São carentes de unidades pré-escolares no setor público.
DF	Ceilândia. Caract.: população desfavorecida social, econômica e culturalmente. Esp. físico: área livre para construção.
RO	Porto Velho, Ouro Preto, Vila de Rondônia. Caract.: Ouro Preto — sede do projeto de colonização do INCRA.
SC	Criciúma, Siderópolis, Imbituba, Florianópolis e São Francisco do Sul. Caract.: zonas carboníferas e pesqueiras.

FONTE: questionário respondido pelas Secretarias de Educação e Cultura das unidades federadas.

Em conseqüência da rapidez com que vêm-se desenvolvendo, no Brasil, a partir do início deste ano, o interesse e as iniciativas concretas pela educação pré-escolar para as crianças carentes, é difícil fazer uma descrição da realidade que não se torne desatualizada em seguida ou que não esqueça aspectos ou ações importantes. As referidas acima têm, por essa razão, caráter apenas exemplificativo.

1.2.2. Outros setores

A nível estadual, existem ainda outras Secretarias que executam serviços de atendimento ao pré-escolar.

As Secretarias de Saúde, através de programas

especiais ou de postos de atendimento médico, promovem, periodicamente, vacinações, cursos sobre higiene e saúde, etc. Elas fazem convênios com o INAN e a CPMI, para a realização de projetos prioritários, em relação às populações carentes.

Embora os nomes variem de uma para outra unidade federada, todas possuem uma Secretaria para os problemas sociais (Secretaria de Promoção Social, Secretaria de Bem-Estar Social, Secretaria de Serviços Sociais, etc).

Elas realizam diferentes projetos de atendimento a pré-escolares, a famílias e a grupos carentes.

A título de ilustração de trabalhos em favor do pré-escolar, podem ser citados:

— No Distrito Federal, a Fundação do Serviço Social, da Secretaria do Serviço Social, possui, nas cidades-satélites, 5 Centros Integrados de Atenção ao Menor (CIAM), com capacidade para 250 crianças de 0 a 6 anos, cada um.

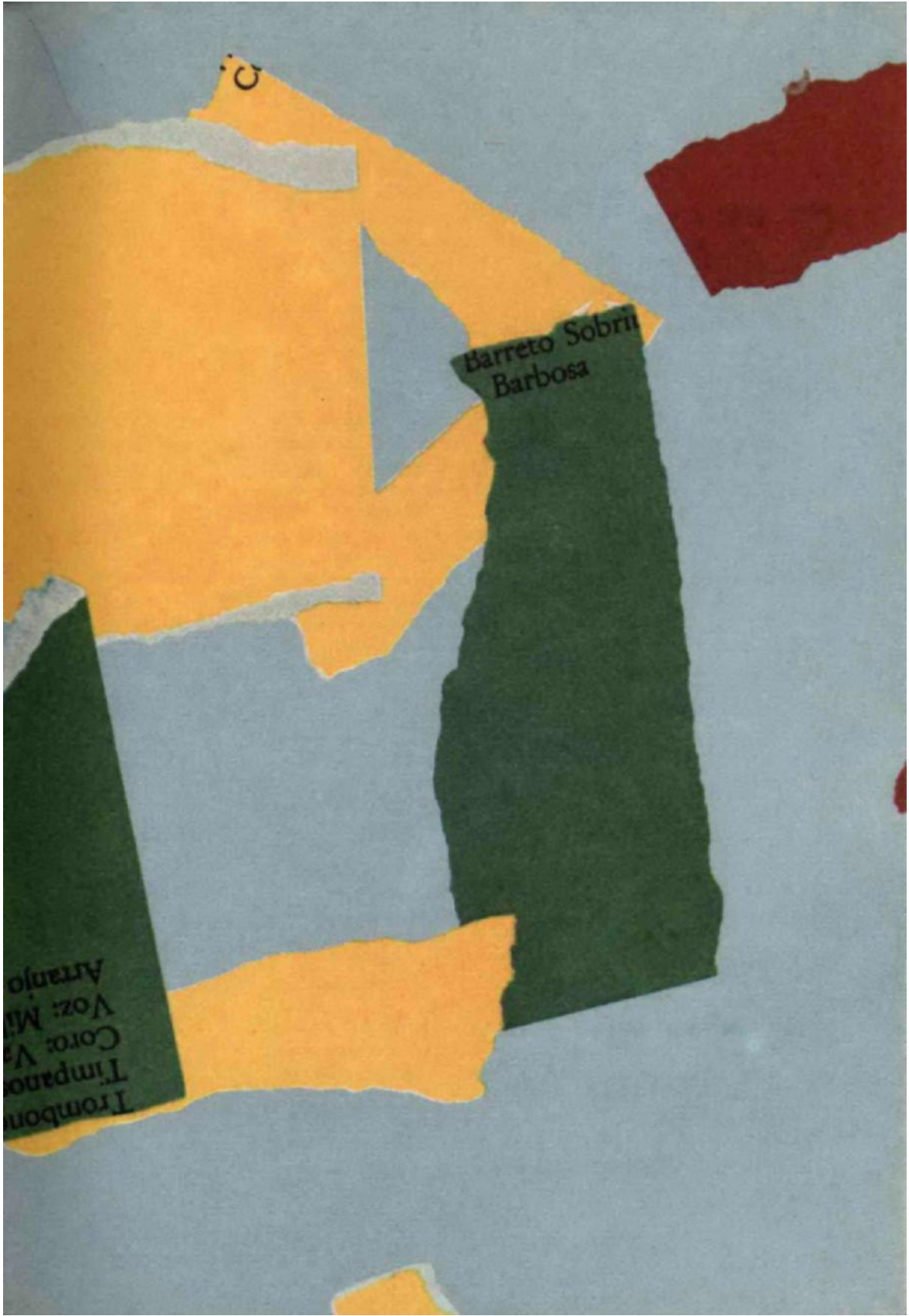
Os CIAMs se destinam a dar atendimento integral de educação, saúde e alimentação a crianças carentes, cujas mães trabalhem fora de casa. Os CIAMs envolvem a comunidade: as mães têm cursos e reuniões periódicas nos Centros; os adolescentes e adultos podem participar de atividades de artesanato; moças do local são treinadas e empregadas para o cuidado às crianças.

Em diversas outras unidades da Federação existem trabalhos de atendimento a crianças, realizados por organismos governamentais. Cabe observar, no entanto, que, em toda a parte, eles são numericamente insuficientes ante as necessidades dos pré-escolares.

1.3 *De âmbito municipal*

Os municípios também atuam na educação, sendo que a maioria deles apenas mantém classes de 1. grau; um grande número oferece também ensino de 2. grau e supletivo e poucos chegam a manter cursos superiores.

Alguns municípios têm uma Secretaria de Educação, outros têm um Departamento de Educação e há ainda outros que contam com uma Divisão que engloba as funções de educação, serviço social, etc. Os municípios mantêm uma rede de estabelecimentos de ensino e um corpo de professores próprio.



Barreto Sobrinho
Barbosa

Trombone
Timpans
Coro
Voz: M
Aranjio

Em relação à educação pré-escolar, os municípios exercem um papel significativo: 22,4% do global das matrículas atuais pertencem à esfera municipal. Há no entanto uma variação muito grande nas formas e na quantidade do atendimento entre os municípios, o que se deve, em grande parte, às diferentes possibilidades financeiras de cada um deles.

As atuações que merecem ser destacadas por um ou outro aspecto são:

-*São Paulo*, cuja Secretaria de Educação, através do seu Departamento de Educação e Recreio, mantém, atualmente, 110 parques infantis, com um total de 30.000 matrículas de crianças de 4 a 6 anos. Os parques infantis se destinam à educação pré-escolar e se localizam no centro e nos bairros da capital. A clientela é de nível sócio-econômico variado, dependendo da localização do parque, sendo que a grande maioria é de ambientes pobres e filhos de mães que trabalham fora do lar. Em 1975 passou a ser adotado um novo currículo de atividades, visando aos aspectos cognitivo, psicomotor e afetivo. Além das atividades educativas, fornecem merenda e almoço às crianças. Muitas crianças permanecem 4 horas diárias, mas, em alguns parques, a maioria permanece o dia todo.

Em 1975 serão inaugurados 16 novos parques infantis, com uma capacidade total de 8 mil novas matrículas.

Os parques infantis exercem um papel muito importante na solução do problema da educação pré-escolar na cidade de São Paulo, embora não atinjam mais do que 4,1% da demanda pré-escolar representada pelas crianças carentes.

Ainda em São Paulo, 20 escolas da Prefeitura passaram a atender, neste ano, educacional e alimentalmente, a 4.800 crianças, num modelo semelhante ao do CEAPE: uso de pátios cobertos, salas ou auditórios, áreas livres para atividades, alimentação — preparada na cozinha das escolas — participação das mães, etc.

Também em São Paulo, a Secretaria do Bem-Estar Social mantém Centros Infantis, com idênticos objetivos e atividades aos dos CIAMs do Distrito Federal. Os Centros Infantis tinham uma matrícula de 4.200 crianças em 1974. Atendem a filhos de mães que trabalham fora de casa e cuja renda é de até dois salários mínimos. Grande porcentagem dessas matrículas são de filhos de empregadas domésticas. A prioridade para matrícula é dada à faixa de 0 a 3 anos, estendendo-se até 6 anos onde não existe parque infantil, com o objetivo de dar continuidade à assistência e educação da criança.

Em *Curitiba* há um projeto de atendimento ao pré-escolar, ainda no início da execução, que apresenta uma série de originalidades. Em primeiro lugar, a educação é colocada no contexto do planejamento urbano da capital. Das 21 escolas de 1º grau da Prefeitura, 14 têm turmas de educação pré-escolar. Cinco dessas funcionam como núcleos comunitários. Localizados em áreas estratégicas de necessidades sociais maiores, com espaço amplo e instalações adequadas, os núcleos comunitários incluem a educação pré-escolar, o atendimento médico e nutricional. A Secretaria de Educação de Curitiba celebrou um convênio com a Universidade Federal do Paraná para fazer pesquisas de produção de alimentos à base de soja, produto agrícola da região. Já foram obtidos 12 tipos de amêndoas de soja e 5 tipos de refrescos com alto poder nutritivo, com 98% de aceitação pelas crianças.

A Secretaria de Educação de *Belo Horizonte* lançou, em julho do corrente ano, um programa de educação pré-escolar semelhante ao dos CEAPÉs, do Dr. Yaro Gandra, enriquecido pela experiência dos trabalhos da OMEP-Brasil, nas favelas do Rio de Janeiro. Em junho e julho foram treinados os recursos humanos (diretores, professores, auxiliares e mães das crianças) que iriam participar das atividades.

Os Centros começaram a funcionar em agosto, atendendo inicialmente a 537 crianças, em 16 escolas de 1.º grau da periferia da capital. As crianças têm em torno de 6 anos, pertencem a famílias com renda entre 0 e 1 salário mínimo e têm irmão ou irmã na escola de 1º grau, com quem vão ao Centro.

Os Centros oferecem educação, alimentação e cuidados de saúde. Segundo os responsáveis pela iniciativa, a comunidade e principalmente as mães das crianças estão participando amplamente.

2. *Instituições privadas*

2.1 A Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP) tem, no Brasil, um Comitê Nacional, nove Associações Estaduais (Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará e Distrito Federal) e uma Municipal (Nova Friburgo—Rio de Janeiro).

A OMEP-Brasil promove cursos de treinamento de pessoal e presta assistência e orientação técnica a trabalhos de educação pré-escolar. No Rio de Janeiro, a OMEP administra 14 Centros de

Atendimento a Pré-Escolar (CAPEs) em zonas de grande carência econômico-social. Exemplos significativos desses Centros são os da favela Parada de Lucas e do Leblon, onde, com o mínimo de recursos financeiros e o máximo de simplicidade, é alcançado um êxito completo.

A OMEP patrocina, periodicamente, semanas de estudos, seminários e congressos sobre educação pré-escolar, onde são divulgadas experiências válidas e são traçados princípios para o trabalho na área. Um exemplo é o I Congresso Brasileiro de Educação Pré-Escolar (Rio de Janeiro, 20 a 26 de julho de 1975).

- 2.2 O Serviço Social da Indústria, vinculado à Confederação Nacional da Indústria, tem administrações regionais em todos os Estados, as quais, entre outras atividades, mantêm Centros de Atividades Recreativas, onde, em alguns casos, são recebidos pré-escolares de 5 e 6 anos de idade, filhos de industriários, e mesmo filhos de não-industriários.

O exemplo mais significativo do SESI nesse campo é o Centro de Atividades do Distrito Federal. Esse Centro está situado na cidade de Ceilândia, a de mais baixas condições sócio-econômicas do Distrito Federal. Desde 1974 vem atendendo pré-escolares de 5 e 6 anos, por um período de 2 horas e 30 minutos, diariamente, visando à saúde, à alimentação e à formação de hábitos de socialização, higiene e desenvolvimento cognitivo e psicomotor. Sem contar com salas específicas — o estabelecimento é de ensino de 1º grau — o Centro da Ceilândia recebe 120 crianças pré-escolares por turno, sob a responsabilidade de 5 adultos: um psicólogo, responsável pela coordenação das atividades, um professor de educação física, um professor de teatro, um professor de artes e dois monitores sem formação especial. As crianças são encaminhadas em pequenos grupos às atividades de educação física, expressão corporal e teatro, criatividade, sessões de cinema e televisão, no sistema de rodízio, para aproveitamento total e permanente do espaço físico.

- 2.3 O Serviço Social do Comércio (SESC), vinculado à Confederação Nacional do Comércio, tem por objetivo proporcionar aos Comerciantes e seus familiares recreação, atendimento social e educação.

As Diretorias Regionais mantêm em diversos Estados, além de outros serviços, jardins de infância para crianças de 4 a 6 anos. Atuam também na área de formação de recursos humanos para a recreação em geral e para a educação pré-escolar em particular, possuindo, inclusive, locais adequados e equipes técnicas para o treinamento de pessoal.

- 2.4 A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) é uma entidade de iniciativa privada que visa, prioritariamente, oferecer às comunidades carentes oportunidades para a educação formal de 1º grau. Entretanto, à medida que o ensino público gratuito de 1º grau vai-se universalizando, a CNEC vem transformando suas escolas em Centros Comunitários dedicados a diversas modalidades de educação não-formal, incluindo a pré-escolar, embora ainda incipientemente.

Um exemplo do trabalho da CNEC na educação pré-escolar é o que realiza na Ceilândia, seguindo a orientação técnica do SESI.

- 2.5 De âmbito local, na esfera privada, existem inúmeras iniciativas de educação pré-escolar. As particulares geralmente se destinam a crianças de um nível sócio-econômico alto ou médio alto. As mantidas por sociedades religiosas ora se situam entre as que favorecem a crianças que já são beneficiadas por um ambiente social rico, ora são obras missionárias de proteção à infância desamparada.

O ensino particular corresponde a 44% das matrículas de educação pré-escolar do País, sendo que a maioria delas não se destina a crianças carentes. Por essa razão, não se vai entrar na descrição desse trabalho, embora haja experiências de excepcional qualidade.

II - MODALIDADES DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

As diversas formas de educação pré-escolar existentes podem ser agrupadas em duas modalidades, de acordo com algumas características comuns. As modalidades se distinguem pelos locais de reunião das crianças, pelos meios didáticos e circunstâncias disponíveis, pelo horário e período de frequência durante o ano e, em alguns casos, pelas caracterizações especiais dos recursos humanos empregados.

- a) Na primeira modalidade incluem-se os jardins de

infância, escolas maternais e creches, em que as crianças permanecem 4 ou 8 horas diárias e por um período letivo idêntico em duração ao das escolas de 1º e 2º graus. Os jardins de infância funcionam em locais próprios e geralmente exclusivos para esse tipo de educação. Seu corpo docente é quase sempre composto por educadores com 2º grau completo e, em muitos casos, com curso de treinamento ou especialização em educação pré-escolar.

Por se ter dedicado, até o momento, principalmente a criança de classe média e média alta, essa modalidade enfatiza o componente educacional. Os aspectos de saúde e nutrição não são, em geral, encargos dos jardins de infância, por terem as famílias condições de atendê-los.

b) A segunda modalidade engloba todas as formas assistemáticas, em termos de locais, horários e duração. Por exemplo: ruas de recreio, domingo na praça, feira de criatividade,, cuja duração é bem limitada, e outras formas, com duração maior.

As ruas de recreio ou praça de recreio são atividades de educação escolar e pré-escolar em que as crianças de uma ou mais quadras urbanas são reunidas para atividades recreativas e artísticas. Existem diversas iniciativas desse gênero no Brasil, mas não se dispõe de dados numéricos das crianças que participam delas.

As feiras ou semanas de criatividade são promoções esporádicas em que as crianças se reúnem **numa praça** ou centro para atividades de livre expressão artística (pintura, desenho, escultura em argila, música, teatro, historinhas, etc).

Entre as formas permanentes se inclui o atendimento pré-escolar de alimentação, educação e saúde dispensado diariamente, seja em horários especiais nas escolas de 1º grau (o período entre os turnos matutino e vespertino, por exemplo, entre 11:30 horas e 13:30 horas), seja no mesmo horário das turmas de 1. grau, aproveitando, nesse caso, os locais e instalações ociosos ou subutilizados.

A TVE pode ser usada tanto na primeira quanto na segunda modalidade. É possível que em torno dela se centre todo um planejamento com características específicas para a educação pré-escolar, sem tirar-lhe o caráter de meio didático auxiliar.

Só recentemente a TVE começou a ser usada para a educação pré-escolar no Brasil. O primeiro pro-

grama foi uma série traduzida com algumas adaptações do *Sesame Street* (Vila Sésamo). Houve uma segunda série, em grande parte refeita no Brasil, com inovações importantes. Essa segunda série, acompanhada de manuais para professores, está sendo, pioneiramente, empregada em cidades-satélites do Distrito Federal. Está sendo feita, atualmente, a primeira avaliação da experiência.

Encontra-se em fase de produção, atualmente, um programa de educação pré-escolar pela TV Globo em convênio com a TVE do MEC para ser lançado, em 1976, em todo o País.

III- CURRÍCULOS E METODOLOGIA

É bastante variada a atitude dos diversos sistemas de ensino e das instituições particulares em relação aos conteúdos da educação pré-escolar ministrada no Brasil. Alguns elaboram um currículo detalhado, outros apenas fazem uma listagem de atividades para cada faixa de idade das crianças, a serem desenvolvidas nos centros pré-escolares, e há também uma posição intermediária de elaboração de um currículo-tronco, com base no qual os educadores planejam as atividades diárias.

Verifica-se uma grande diversidade de métodos. Há escolas que usam métodos rígidos e conteúdos definidos; há as que permitem mais espontaneidade e liberdade, não seguindo especificamente uma ou outra teoria de educação pré-escolar, e há ainda escolas, talvez a maioria delas, que refundem as idéias básicas de diversos autores, formando um método eclético, que procuram adaptar à criança brasileira.

Devido à preocupação que, por maior ou menor acento, esteve presente na educação pré-escolar ministrada nos jardins de infância e nas salas anexas à escola de 1º grau, de preparar a criança para a alfabetização, os currículos ficaram, em grande parte, adstritos ao exercício de atividades preparatórias a tarefas consideradas importantes na 1º série. Trata-se, pois, de um treinamento, isto é, da aquisição de habilidades específicas necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita. Outros se preocupam em alfabetizar as crianças e, por isso, são currículos muito semelhantes aos seguidos na 1º série do 1º grau. Mas há, também, currículos que visam suprir as deficiências das crianças provindas de meios carentes e são, por isso, chamados de currículos compensatórios.

IV - MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS

Como decorrência da variedade de metodologias empregadas,

utilizam-se, também, diversos tipos de materiais didáticos, que vão desde o específico para a aprendizagem da leitura e da escrita, até o mais rico e apropriado para experiências criativas e artísticas, dramatizações e brinquedos instrutivos. Há situações em que se aproveitam materiais simples, de sucata, inservíveis para fins comerciais, com grande originalidade e economia.

Algumas cidades maiores e mais adiantadas, principalmente do Centro e do Sul do País, possuem à venda e por preço razoável material variado e adequado às diversas idades. Nas capitais menores e no interior tal oferta é muito reduzida, dificultando a escolha e a aquisição. Com poucas exceções, as Secretarias de Educação não têm participado diretamente da seleção e aquisição de material didático, ficando essa tarefa entregue a cada escola. Na maioria, senão em todas as cidades, há condições de fabricação de brinquedos simples, em marcenarias, por exemplo. Nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, existem grandes fábricas especializadas em material didático para a educação pré-escolar.

V - RECURSOS HUMANOS

Dos recursos humanos atualmente empregados na educação pré-escolar, segundo dados do SEEC, de 1973, cerca de 76% são docentes formados em curso normal de 2. grau, 7% têm curso normal de 1º ciclo, 6% têm curso médio não-normal e 11% têm apenas o antigo curso primário de 4 séries com ou sem treinamento específico. A maioria possui especialização ou treinamento em cursos de diversos tipos e níveis. Atualmente, a relação média educador/criança é de 1 para 20. Verifica-se, porém, uma grande variação em torno dessa média, havendo turmas de até 35 crianças por educador. Há experiências em andamento em que um educador especializado, auxiliado por monitores ou mães de crianças, se encarrega de turmas maiores.

A insuficiência numérica de educadores com preparo adequado é um problema que afeta a educação pré-escolar em quase todas as unidades federadas. Essa situação se deve, em primeiro lugar, às limitadas oportunidades de emprego oferecidas pelo mercado de trabalho, bem como à falta de agências formadoras de recursos humanos para educação pré-escolar, e, finalmente, ao baixo salário que até agora o educador pré-escolar tem recebido.

Em diversos lugares, além de professores formados em nível de 2º grau, empregam-se pessoas formadas em 1º grau, mães de família, estagiários de faculdades de educação, enfermagem, medicina, serviço social, etc.

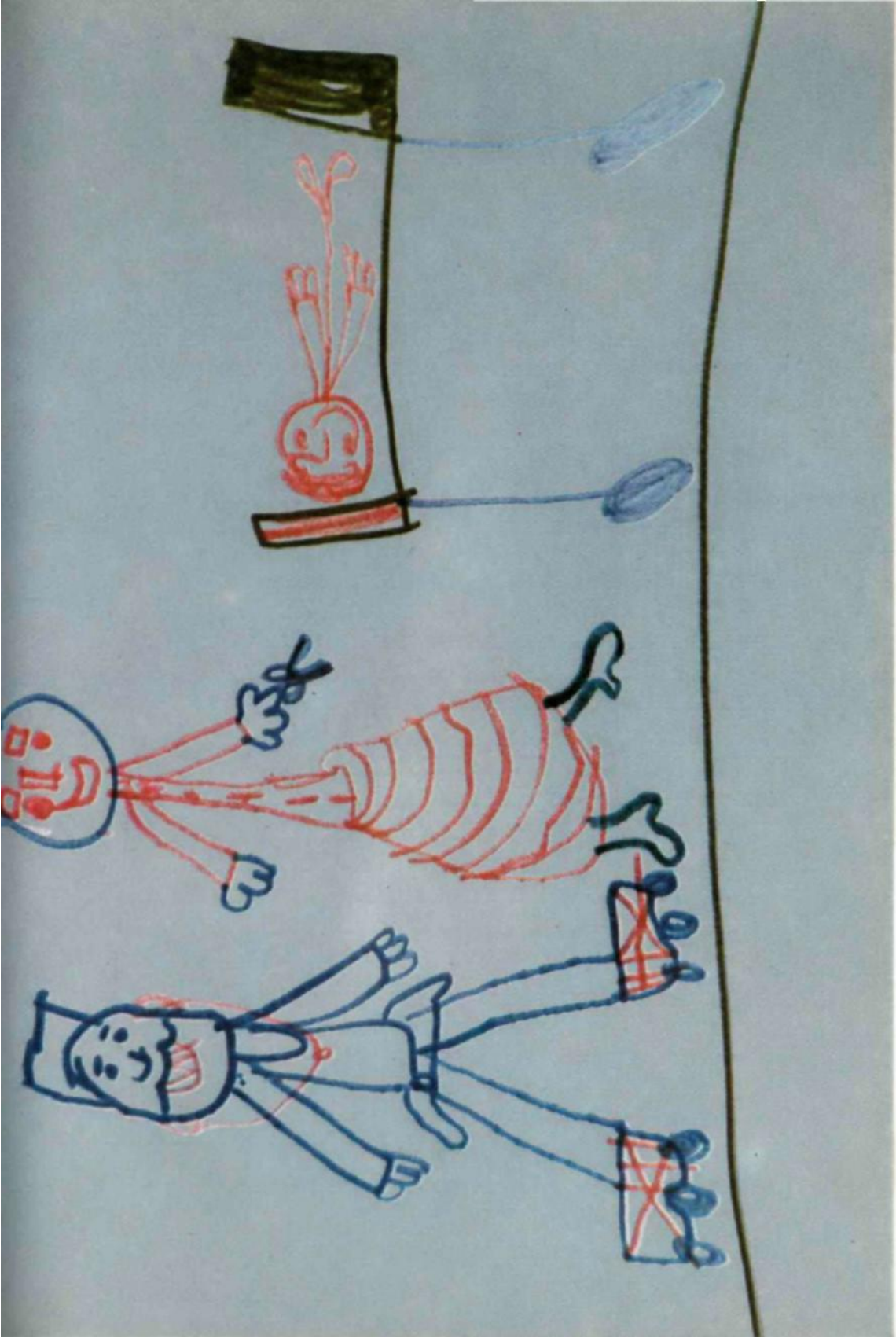
Quanto à formação de recursos humanos, em 8 unidades da Federação há cursos regulares de nível médio e superior, ministrados por entidades públicas e privadas (graduação, curso normal de 2º

grau com especialização, ambos com duração de 3 a 4 anos, entre 2.500 a 2.900 horas, e cursos mais rápidos, de 1.200, 840, 720 e 300 horas). O número de formandos nesses cursos é de 1.100 por ano em média.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - BRASIL
DOCENTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Ano	Geral	Esta- dual	Munici- pal	Fe- deral	Parti- cular
1970	16.996	7.436	1.982	64	7.514
1971	19.593	7.878	2.667	93	8.955
1972	22.586	8.345	3.432	136	10.672
1973	24.573	8.558	4.362	151	11.502

FONTE: SEEC- 1970/73.



Unidade da Federação	Cursos regulares de educação pré-escolar				Centros de treinamento	
	Nº	Duração (horas)	Agência	Formandos por ano		Responsabilidade
RS	2	720 e 2.200	PUC e OMEP/RS	200	1	FRH
SC	2	325 e 2.900	PARTICULAR	50;19	-	
PR	1	720	SEC	100	1	SEC
SP	11	1.200	PART.	300	1	SEC/CER HUPE
MG	2	720	PART. e SEC		-	
RJ	4	3.200.330.720	PART. e SEC	365	-	
ES	1	840	SEC	30	1	SEC
BA					1	SEC
SE					1	ESTADO
AL					1	SEC
PE					1	SEC
PB					1	SEC
RN					1	SEC
CE					-	
PI	1	720		20	1	SEC
MA					1	SEC
PA					1	SEC
AM						
MT					-	
AC					1	SEC
GO					1	SEC
DF					-	
FN					-	
AP					1	TERRIT.
RO						
RR						
TOTAIS	24	-	-	1.084	16	-

Em 16 unidades da Federação há Centros de Treinamento de Recursos Humanos, geralmente pertencentes à Secretaria de Educação. Tais Centros são disponíveis, obedecida uma programação, para cursos de educação pré-escolar. Além desses 16 Centros de Treinamento, ainda se poderia contar com os Centros de Treinamento de entidades como a FUNABEM, SENAI, SESC, LBA, etc.

Em 12 Estados, há técnicos em educação pré-escolar de nível médio e superior que poderiam ministrar cursos de treinamento. Muitos desses técnicos, no entanto, precisariam receber um rápido curso de atualização, para atuarem como multiplicadores num programa de treinamento. A situação dos recursos humanos para o ensino particular é semelhante à do sistema público. A proporção aluno/professor (1:17) é mais baixa que a média geral (1:20).

As atividades de saúde, serviço social e alimentação contam com pessoal de nível superior: médicos, nutricionistas, assistentes sociais, mas o número desse pessoal é, geralmente, insuficiente para atender a todos os encargos. Normalmente os técnicos dessas áreas são mantidos pelas Secretarias de Saúde, Serviço Social ou entidades que promovem os programas. Também para essas atividades são empregados técnicos de nível médio e paraprofissionais da própria comunidade, treinados para atividades específicas dentro de sua capacidade de atuação.

Os recursos humanos para o serviço de alimentação escolar e, em parte, pré-escolar, são formados pela CNAE. Para isso, a Campanha tem duas escolas regionais de nutrição. O Projeto da CNAE prevê cursos no período 1975/79 para treinar o seguinte pessoal, nas quantidades especificadas:

Ano	Supervisores	Orientadores	Merendeiras	Público em geral	Alunas colaboradoras
1975	150	3.120	14.000	4.000	600
1976	200	3.400	15.000	4.500	700
1977	300	3.700	16.000	5.000	800
1978	350	4.000	17.000	5.500	900
1979	400	4.000	18.000	6.000	1.000

FONTE: Projeto de educação nutricional e assistência alimentar — CNAE/MEC.

O público e as alunas colaboradoras ajudam nos serviços de preparo e distribuição da alimentação.

Esses recursos humanos serão absorvidos pelo serviço de alimentação escolar nas escolas de 1º grau e nos Centros Pré-Escolares.

Em relação ao atendimento alimentar feito através da estrutura educacional (as escolas de 1º grau) a CNAE, além da Superintendência Nacional, que é o órgão central, conta com 26 Coordena-

ções Regionais, localizadas nas capitais dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

Além disso, possui 260 Setores Regionais, encarregados da armazenagem e da distribuição dos gêneros às escolas (setores municipais); como responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução a nível de escola, cabe a esses setores a interiorização do programa.

Ainda em relação à alimentação e nutrição, o apoio administrativo do INAN é feito através das Secretarias de Saúde, as quais têm estruturas próprias, em cada unidade da Federação. Como o INAN pode conveniar com outras entidades além das Secretarias de Saúde, como, por exemplo, com a Secretaria da Educação, seria difícil descrever como se dá, em cada caso, o apoio administrativo. Diga-se, no entanto, que, antes de ser assinado um convênio para suplementação alimentar ou nutricional, é analisada a capacidade da estrutura administrativa para suportar o programa.

VI - PESQUISA

A organização da pesquisa está atrasada. Existem algumas poucas pesquisas de boa qualidade, no Brasil, mas ainda insuficientes para apoiar trabalhos de ampla envergadura.

Uma pesquisa relatada pela Prof^o Heloísa Marinho, feita no antigo Distrito Federal, em 1953, demonstrou que 80% das crianças que tiveram experiência de jardim de infância alcançaram aprovação no final da 1^o série e, das que não passaram pelo jardim, apenas 57% alcançaram aprovação.

Recentemente, Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas, realizou uma pesquisa sobre as condições de desenvolvimento das crianças marginalizadas culturalmente, de São Paulo e da Ceilândia (DF), comparando-as com as das crianças de classe média de São Paulo.

As pesquisas sobre nutrição, do Dr. Nelson Chaves, do Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco, são reveladoras do estado de desnutrição das crianças de ambientes pobres.

Na Ceilândia foi realizada pela CNAE e dirigida pelo Dr. Adolfo Coltro uma experiência sobre nutrição de escolares do 1^o grau, com estudos antes e depois de uma dieta alimentar. As crianças receberam um reforço alimentar e, após um ano, tornaram-se mais sociáveis, menos agressivas, mais ativas no recreio, menos apáticas na aula e, em média, obtiveram um rendimento de 50% superior ao do grupo de controle.

O Dr. Yaro Gandra vem realizando uma pesquisa sobre peso e altura das crianças que freqüentam os CEAPes, mas ainda não chegou ao final dos estudos.

Já os estudos do Dr. João Bosco Salomon, da Universidade de Brasília, na cidade de Sobradinho, apresentam dados conclusivos

sobre os efeitos da nutrição no desenvolvimento pondero-estatural das crianças e na diminuição de doenças que afetam as crianças em precárias condições de vida.

O IBGE, com o apoio técnico do INAN, está realizando uma pesquisa sobre consumo de alimentação no Brasil, para chegar a caracterizar o estado nutricional da população.

Outros estudos estão em andamento, mas, tendo em vista as diversidades regionais no País, há uma grande tarefa de pesquisa ainda por cumprir. Talvez, a curto prazo, se deva dar menor ênfase a pesquisas estritas e maior atenção a acompanhamento, controle e avaliação das diversas experiências já em andamento, mesmo sem o caráter e a profundidade da pesquisa científica, desde que possam oferecer elementos para comparação e opção sobre modalidades de atendimento pré-escolar.

A escassez desses estudos é maior precisamente no setor educacional. Métodos pedagógicos, materiais didáticos, tipos e níveis de formação de recursos humanos carecem ser testados e avaliados com urgência.

VII - ASPECTOS FÍSICOS

Em relação às especificações físicas, encontra-se variedade de situações. Como até o momento a educação pré-escolar nos sistemas de ensino estava dirigida quase exclusivamente à clientela de classe média e média alta, os prédios construídos para esse fim são um tanto sofisticados e caros. Há, no entanto, prédios simples e de baixo custo. Alguns, inclusive, são fechados por falta de condições mínimas de segurança física e proteção às crianças.

As Secretarias de Educação, embora obedeçam a certas normas na construção de seus prédios de jardins de infância, não exercem qualquer controle quanto aos pertencentes à rede particular de ensino, salvo em relação às medidas mínimas de higiene e segurança. Por esse motivo, dependendo das condições financeiras e dos objetivos dos grupos interessados, os jardins de infância particulares vão desde os prédios luxuosos, passando por aqueles que, embora não tão sofisticados, preocupam-se realmente com o bom atendimento à criança, até adaptações pouco adequadas e visivelmente comerciais.

Além das escolas maternas, creches e jardins de infância, são utilizadas salas anexas a escolas de 1º grau ou as próprias salas de aula, em horários ociosos, e espaços livres subutilizados nessas escolas, para atividades pré-escolares.

O quadro da página seguinte apresenta o número de unidades escolares segundo a dependência administrativa, por unidade da Federação, em 1973. É preciso observar, no entanto, que esses dados sofrem a limitação de não indicarem se as unidades escolares são

específicas e exclusivas para educação pré-escolar ou se incluem escolas onde apenas uma ou duas salas são destinadas a atender crianças pré-escolares.

Onze unidades federadas afirmaram, em recente questionário, ser possível aproveitar horários e espaços disponíveis nas escolas de 1º grau, e treze disseram ter ou conseguir locais para telepostos para educação pré-escolar.

O Ministério da Saúde possui normas em relação à construção de creches (para crianças de 0 a 2 anos), nas quais são particularmente ressaltados os aspectos educacionais. Esta é uma das poucas publicações brasileiras referentes a construções para esta idade e trata, além das especificações físicas, da formação de recursos humanos.

ENSINO PRÉ-ESCOLAR - BRASIL - 1973 UNIDADES ESCOLARES SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Estado	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	8.284	47	2.600	1.387	4.150
SP	2.240	1	935	582	722
MG	1.086	5	515	114	452
RS	864	1	333	190	340
GB	578	1	115	—	462
RJ	464	-	170	23	271
BA	398	3	87	56	252
PE	388	3	62	39	284
CE	349	1	112	35	201
PR	386	-	48	23	215
SC	218	—	9	85	124
ES	158	1	51	41	65
MA	156	3	25	50	78
SE	140	2	3	34	101
RN	130	1	26	18	85
MT	113	3	41	18	51
PA	113	2	25	11	75
AL	107	2	2	28	75
PB	91	-	1	5	85
PI	89	-	12	23	54
GO	84	1	4	6	73
DF	82	-	16	-	66
AP	21	11	-	6	4
AM	12	-	6	-	6
AC	10	1	2	-	7
RO	5	4	-	-	1
RR	2	1	-	-	1

FONTE: SEEC/MEC.

Existem também normas organizadas pela FUNABEM que detalham as especificações físicas, materiais e humanas necessárias para o atendimento das crianças de 2 a 6 anos de idade, que são observadas nos seus centros de menores.

Tais publicações, no entanto, não possuem poder normativo sobre as construções pré-escolares dos sistemas de ensino, em que pese sua alta qualidade.

O Departamento de Ensino Fundamental do MEC elaborou, neste ano, um manual de orientação sobre construções de centros de educação pré-escolar, respeitando a simplicidade, a economia e a funcionalidade dos prédios.

VIII - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros das unidades da Federação destinados à educação estão alocados, prioritariamente, ao ensino de 1. grau. A seguir, o 2º grau e o supletivo e, em seguida, o superior são contemplados com as maiores somas.

Devido à inexistência de uma fonte de recursos próprios para a educação pré-escolar e à prioridade imposta para o ensino das crianças de 7 a 14 anos, ficam os governos grandemente dificultados em custear o atendimento ao pré-escolar.

Em alguns Municípios, a escassez de verba para a educação é tal que o corpo docente, além de seu número muito aquém do mínimo necessário, percebe os salários mais baixos do quadro da Prefeitura.

Pode-se notar uma diferença significativa na situação, quando a demanda de 1º grau está atendida e há possibilidades financeiras para executarem projetos e atividades na área do pré-escolar.

A manutenção dos serviços de educação pré-escolar nos sistemas de ensino se faz quer por conta dos recursos de 1º grau, justificados tais serviços como esforço de melhoria do ensino regular obrigatório, quer através de parcelas destinadas no orçamento próprio para essas atividades.

Os recursos para alimentação provêm:

- a) da CNAE, que fornece os gêneros alimentícios diretamente às escolas;
- b) do INAN, que faz convênios com as Secretarias de Saúde e, eventualmente, com a Secretaria de Educação. Em alguns casos, a alimentação escolar é fornecida pelo serviços estaduais ou municipais, como ocorre em Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, etc, não constituindo encargo financeiro do sistema de ensino.

Para o atendimento médico, tanto se encontram situações em que os sistemas de ensino se responsabilizam pela manutenção dos serviços médicos quanto situações em que eles são prestados pelos



Jeanine — 6 anos

postos de saúde em dias ou horários exclusivos para os centros de educação pré-escolar.

Nesse último caso, não acarretam ônus financeiro à educação.

IX - APOIO ADMINISTRATIVO

Das 26 unidades federadas, 16 contam com um setor de educação pré-escolar, cujo número de técnicos varia de 1 a 18, de acordo com o tamanho da unidade federada, a necessidade e a complexidade do trabalho. As 10 unidades federadas restantes pretendem organizar um setor específico entre agosto de 1975 e janeiro de 1976. As equipes estão ligadas ao Departamento de Ensino de 1º Grau (V. quadro da página seguinte).

**EQUIPE DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NA SECRETARIA
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DAS UNIDADES
FEDERADAS**

Unidade federada	Existência de equipe de educação pré-escolar na SEC	Ligada a	Nº de pessoas	Formação de técnicos (nível)	Horas de trabalho	Possibilidade de ampliação da equipe	Pretende organizar um grupo?
AC	sim	1º grau	2	superior - médio c/ especialização	8 h - 80%	sim - mediante gratificação	-
AL	não	-	-	-	-	-	sim agosto/75
ES	sim	1º grau	4	médio - c/ especialização	8 h - 40% (apenas para o supervisor)	sim - mediante complementação salarial	-
GO	não	-	-	-	-	-	sim agosto/75
CE	sim	1º grau	11	superior - médio c/ especialização	4 e 8h complementação salarial	sim - mediante complementação salarial pelo MEC	-
BA	sim	1º grau	8	médio c/ especialização: 2; médio c/ especialização: 1	4 h	sim	-
AP	sim	1º grau	1	superior c/ especialização	4 h	sim - mediante complementação salarial	sim 1976
MA	sim	1º grau	6	superior - médio c/ especialização	4 h - 80%	sim - mediante complementação salarial	-
MG	sim	Dep. de Programas Culturais e Especiais	3	superior - c/ especialização	8h - complementação	sim - mediante complementação salarial	-
PA	sim	1º grau (supervisor)	4	c/especialização	4h - 68%	sim - mediante complementação salarial	-
SC	não	-	-	-	-	-	sim setembro/75
PR	sim	1º grau	4 (2 em licença)	médio c/ especialização	7h - 33%	sim - mediante gratificação (1 técnico)	-
PB	não	-	-	-	-	-	em fase de organização
PI	sim	1º grau	4	superior - médio	-	sim - mediante complementação	sim
RJ	sim	1º grau	6	superior c/ especialização: 3; superior c/ especialização: 3	8 h	sim - mediante gratificação	-
RN	não	-	-	-	-	-	sim julho/75
RR	não	-	-	-	-	-	-
RS	sim	1º grau	3	superior: 2; médio c/ especialização: 1	4-8-8 h	sim	-

Unidade federada	Existência de equipe de educação pré-escolar na SEC	Ligada a	Nº de pessoas	Formação de técnicos (nível)	Horas de trabalho	Possibilidade de ampliação da equipe	Pretece organizar um grupo?
SP	sim	1º grau	18	superior - médio - c/ especialização - s/ especialização	6 - 8 h	sim - mediante gratificação	-
SE	não	-	-	-	-	-	sim; 1976
DF	sim	1º grau	5	superior c/ especialização	8 h	sim - mediante gratificação	-
PE	sim - equipe de supervisão	divisão de 1º e 2º graus	7	-	-	sim	-
RO	não	-	-	-	-	-	sim julho/75
MT	sim	1º grau	4	médio e superior c/ especialização	8 h	-	-
FN	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Questionário respondido pelas Secretarias de Educação das unidades federadas; junho de 1975.

Os membros das equipes de educação pré-escolar, com algumas poucas exceções, têm curso de especialização em educação pré-escolar, de nível médio ou superior. Trabalham de 4 a 8 horas diárias na Secretaria de Educação, havendo a possibilidade de elevar para 8 horas o trabalho de todos os técnicos, mediante complementação salarial.

Em 9 unidades da Federação existem equipes municipais de educação pré-escolar, em alguns municípios ou só na capital, e há um certo entrosamento entre a Secretaria de Educação do Estado e a Prefeitura, no trabalho de educação pré-escolar.

As principais funções atualmente desempenhadas pelo setor de educação pré-escolar das Secretarias de Educação são:

- a) coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução dos programas de educação pré-escolar a cargo das escolas maternas, jardins de infância e instituições similares;
- b) elaborar e divulgar trabalhos técnicos para atualização dos educadores;
- c) elaborar e divulgar diretrizes gerais de currículo para a educação pré-escolar;
- d) promover cursos de atualização e treinamento, seminários, reuniões de estudo para educadores pré-escolares;
- e) elaborar unidades de experiência, aulas pedagógicas, palestras com os pais, audiovisuais, etc;
- f) promover o entrosamento com a comunidade, através de reuniões de pais e mestres;
- g) integrar a educação pré-escolar com a de 1º grau;

- h) incentivar as Prefeituras Municipais na instalação de centros de educação pré-escolar;
- i) incentivar e orientar a iniciativa privada em relação à educação pré-escolar.

X - ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

Procuramos, a seguir, reapresentar os problemas que a educação pré-escolar no Brasil enfrenta, ordenados segundo três critérios:

- a) o grau em que é afetada a maioria dos casos ou que pesam significativamente sobre a atuação em âmbito nacional;
- b) a possibilidade de sua solução aumentar significativamente a eficiência de um programa de desenvolvimento de educação pré-escolar;
- c) o consenso dos especialistas.

Os dados do diagnóstico preliminar, referidos acima, sugerem os seguintes problemas básicos:

1. Existe uma grande dispersão de esforços, que começa no nível federal e vai até ao regional e ao local. A existência de diversos organismos atuando isoladamente na faixa etária pré-escolar representa, de um lado, a decisão de resolver problemas, mas atesta, de outro, uma fase incipiente de trabalho, baseado num planejamento a curto prazo e alocativo, interessado mais em resolver problemas à medida que eles vão surgindo do que em encarar a realidade na sua complexidade e inter-relacionamento.

Há iniciativas de integração de setores e organismos que, apesar de limitadas, já confirmam a exequibilidade e os benefícios de uma ação integrada.

2. Na estrutura superior da administração a nível federal e estadual apresenta-se uma multiplicidade de organismos encarregados da assistência à criança, o que pode dificultar a definição de uma clara política nacional de atendimento pré-escolar. Mas as disposições favoráveis que se encontram no âmbito de cada setor, no sentido de um planejamento integrado, abrem perspectivas para uma ação coerente e efetiva de promoção da criança.

Parece que a via mais fácil e eficiente seria reforçar as estruturas estaduais e municipais, através dos organismos federais e de seus recursos, e não criar um organismo de âmbito federal para superpor-se aos já existentes e se encarregar da realização do programa a nível nacional.

3. A matrícula atual de pré-escolares nas instituições do governo não é constituída, na maior parte, pelas crianças mais necessitadas. As razões podem ser tanto a localização dos prédios (mais no centro do que na periferia das cidades) quanto o preconceito ainda vigente em grupos representativos da população de que educação pré-escolar (jardim de infância) é para "filhos de pais ricos", ou de que se começa a "aprender" aos 7 anos. É importante que os centros de atendimento estejam situados nos locais de maior carência econômica para que a proximidade física favoreça a frequência das crianças mais necessitadas e para que a educação pré-escolar seja

vista e aceita como um serviço de promoção da comunidade e de desenvolvimento da criança.

4. Há uma extrema desproporção entre a demanda potencial de educação pré-escolar e a oferta de vagas por parte dos sistemas de ensino. A demanda é potencial, e não atual ou efetiva, porque não se manifesta uma procura nem é exercida uma pressão no sentido de exigir vagas, seja por falta de consciência das necessidades das famílias sócio-economicamente mais carentes, seja pela resignação ante a inexistência de oferta de vagas para seus filhos.

Uma ampla conscientização sobre a importância e a necessidade da educação pré-escolar e seus efeitos benéficos sobre o desenvolvimento das crianças, realizada através dos meios de comunicação de massa e de associações da comunidade, pode gerar um efeito que levaria:

a) a um grande afluxo de pessoas demandando os cuidados pré-escolares para seus filhos, superior, talvez, às possibilidades de absorção por parte do sistema de oferta, o que, em parte, exerceria uma ação positiva no sentido de forçar soluções mais imediatas e urgentes por parte do sistema de ensino;

b) à descoberta, pela comunidade, de locais e recursos humanos disponíveis no seu seio e conseqüentemente oferta dessas facilidades como contribuição ao sistema público de educação pré-escolar.

5. A pouca valorização econômica do trabalho do educador pré-escolar e do técnico que atua na orientação ou administração da educação tem sido responsável pela evasão de talentos. Muitos técnicos e docentes se encontram afastados de sua especialidade por causa do baixo salário que recebem. Outros, marcados por profundo idealismo, continuam atuando na educação pré-escolar, mas há o risco de se afastarem, mais cedo ou mais tarde. Há também os que iniciam a carreira do magistério como educadores pré-escolares e após alguns poucos anos, quando sua experiência exerce um valioso apoio para o aperfeiçoamento de seu trabalho, vão ascendendo aos graus superiores de ensino, não só porque a remuneração é maior, como também pelo prestígio que pensam obter no magistério médio e superior. O plano de valorização da carreira de professor, através do estatuto do magistério, poderá ser o instrumento de correção desse problema.

6. Observa-se um desequilíbrio entre as necessidades de recursos humanos e o número de formados. As instituições formadoras e treinadoras são insuficientes em número, em distribuição geográfica e em quantidade de alunos. É necessário, pois, aumentar a proporção de pessoal formado em cursos rápidos, com possibilidade de continuar estudos de duração maior, e mesmo de se estabelecer um esquema de treinamento em serviço.

7. Os educadores em raras ocasiões se encontram para debate, estudo dos problemas e busca de soluções. Em muitos casos, cada professor se ocupa de suas turmas, sem ter convites ou oportunidade de revisar currículos e métodos de educação com outros professores. Em alguns casos, a reunião se dá a nível dos estabelecimentos de educação pré-escolar, mas raramente ocorre um encontro regional. Perdem-se experiências valiosas por não serem divulgadas. E os educadores mais novos, recém-ingressados na docência, ensaiam os seus próprios passos com mais timidez e insegurança do que se estivessem em freqüente contato com seus colegas mais experientes.

8. Utilizam-se métodos de educação pré-escolar os mais variados, incluindo-se entre eles o da simples e mecânica preparação para a escrita. Não há avaliação de métodos, na maioria dos casos. Os currículos são ora detalhados e rígidos demais, ora apenas esboçados em linhas gerais. Merecem, entretanto, destaque alguns currículos em diversas unidades da Federação ou em determinados centros de educação pré-escolar, tanto pela sua forma de elaboração quanto pela de sua execução. Já se têm acumulado, nesses lugares, experiências válidas, que poderiam ser reunidas e divulgadas.

9. O material didático, de fundamental importância para tornar enriquecedoras as atividades das crianças, merece um cuidado especial. Não raro a sofisticação de brinquedos e outros instrumentos de manipulação na pré-escola conduz a situações conflitantes com as experiências das crianças em seu mundo real. Uma ampla divulgação sobre o tipo e os modos de aproveitamento de material simples, ao alcance das crianças mais carentes, poderia despertar muitos educadores para o valor educativo dos recursos existentes, na comunidade.

10. A utilização dos espaços físicos do governo é boa, com algumas exceções. As escolas de 1º grau são usadas em dois e três turnos, havendo até quatro, em algumas delas. Na pré-escola, em geral, há um ou dois turnos, com possibilidade de duplicação de matrícula seja aproveitando horários em que os prédios estão ociosos, seja adotando o sistema de rodízio no uso das salas e áreas livres, seja diminuindo em algumas horas semanais o atendimento daqueles que permanecem oito horas diárias nos centros de educação pré-escolar. Mas onde se observa menos atenção é no que respeita à possibilidade de uso de espaço físico da comunidade. Um entrosamento melhor dos organismos governamentais com as entidades privadas poderá permitir um aumento considerável das disponibilidades físicas para atendimento pré-escolar. Serão necessárias algumas inversões financeiras para melhor aproveitamento dos espaços existentes, atualmente em uso, e de outros que podem ser adaptados.

11. O emprego dos meios de comunicação de massa ainda é uma tarefa a iniciar. Jornais, revistas, rádio e televisão podem conscientizar as famílias e as comunidades sobre a necessidade e a importância da educação pré-escolar. Podem informar sobre como agir mais educativamente. E podem ser utilizados como recurso didático altamente enriquecedor, principalmente a televisão educativa. A televisão é um meio caro a curto prazo. Mas seu poder de penetração e de atingimento de milhões de crianças, mesmo as que não freqüentam centros pré-escolares, bem como a possibilidade de utilização dos programas repetidas vezes acabam por tornar o investimento inicial altamente rentável.

Considere-se ainda o quanto um programa feito por uma equipe de especialistas (em educação pré-escolar, psicologia infantil, comunicação de massa, etc.) pode contribuir para o aperfeiçoamento dos professores e monitores nos Centros de Educação Pré-Escolar.

12. A organização da pesquisa está atrasada. É preciso reunir as entidades de pesquisa e investigação e estabelecer mecanismo de avaliação do programa, dos projetos e de aspectos tais como: recursos humanos, currículo, material didático empregado, alimentação, serviços de saúde, etc.

13. A universidade é um grande potencial a ser mais envolvido na solução dos problemas que afetam as crianças pré-escolares. A sua atuação, até o momento

esparça e insuficiente, através de algumas experiências principalmente em nutrição e em saúde, não parece, ademais, esgotar, em termos nacionais, a função de pesquisa e extensão da universidade brasileira.

14. As informações disponíveis sobre a situação da educação pré-escolar, no Brasil ainda são extremamente escassas. As estatísticas educacionais passam por sucessivos melhoramentos, mas ainda se ressentem da falta ou atualização de dados, tais como indicações sobre o estado de conservação dos prédios disponíveis; tipos de construções e suas especificações físicas; número e tipo de formação ou treinamento do corpo docente; número, capacidade e localização das agências formadoras de pessoal docente; caracterização sócio-econômica da população pré-escolar que freqüenta os centros de atendimento e da população que não os freqüenta, etc.

Terá que ser feito o diagnóstico em cada unidade da Federação e, em seguida, o diagnóstico nacional, para servir de base aos estudos sobre a ampliação dos programas de educação pré-escolar e fundamentar as estratégias a serem adotadas no futuro próximo.

15. Depois de se ter conscientizado de que a educação pré-escolar é um imperativo urgente, impõe-se enfrentar a questão dos recursos financeiros: fontes e quantitativos. Na medida em que os diversos organismos governamentais vão somando suas disponibilidades financeiras para o desenvolvimento de planos integrados, grande parte do problema se resolve. Mas ainda é pouco. Há que criar mecanismos de captação de recursos de grande monta. Do contrário, o que se conseguir fazer não passará de paliativo. As perspectivas são boas. Soluções vêm sendo propostas e encaminhadas.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Coordenador: Vital
Didonet

Assessores técnicos: Maria Lúcia Thiessen
Vera Lúcia Marucci de Menezes Mary
Paiva de Souza Lúcia Alencastro Valentim

Elaboração: Vital
Didonet

Colaboração:
Coleta de dados e revisão de texto: Maria
Lúcia Thiessen

Arte e seleção de desenhos: Lúcia Alencastro
Valentim Vera Lúcia Marucci de Menezes

Trabalhos técnicos de impressão:
Departamento de Documentação e Divulgação

Deve-se um agradecimento especial ao professor Theodolindo Cerdeira, da Universidade de Brasília, pela revisão da primeira parte, e à Sra. Maria Aparecida Naves Silva, pelos serviços de datilografia.



RUA MARQUES DE OLIVEIRA, 409
FONE 330.7810-300-8807 Rio de Janeiro

ERRATA

Pag.	Onde se le	Leia-se
	9 ... concerne ao ensino superior e ao ensino de 1º e 2º graus; _____	... concerne ao ensino superior,
15	0 Art. 79 do Decreto nº 66.254, de 24 de fevereiro de 1970, determina que os Estados, os Territórios Federais e os Municípios (.....) 1º e 2º graus. 0 referido Fundo...	0 Art. 79 do Decreto nº 66.254, de 24 de fevereiro de 1970, determina que os Estados e os Territórios Federais des- tinem, anualmente, um mínimo de 20% das suas quotas do Fundo de Participação a programas de educação. <i>Os Municípios deverão aplicar 20% de suas quotas no ensino de 1º grau</i> Cart. 59, da Lei 5692/71). 0 referido Fundo...
17	Tabela II - População Ajusta da - Brasil - 1973	Tabela II - População Ajustada - Brasil - 1975
24	Anualmente 300.000 crianças atingem a idade...	Anualmente cerca de 3.000.000 de crianças atingem a idade...
25	... da população total de 102.000.000...	... da população total de 106.000.000...

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)